

Coordenação-Geral de Contabilidade

Ministério da Justiça e Segurança Pública

MJSP 30000

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2º TRIMESTRE DE 2022

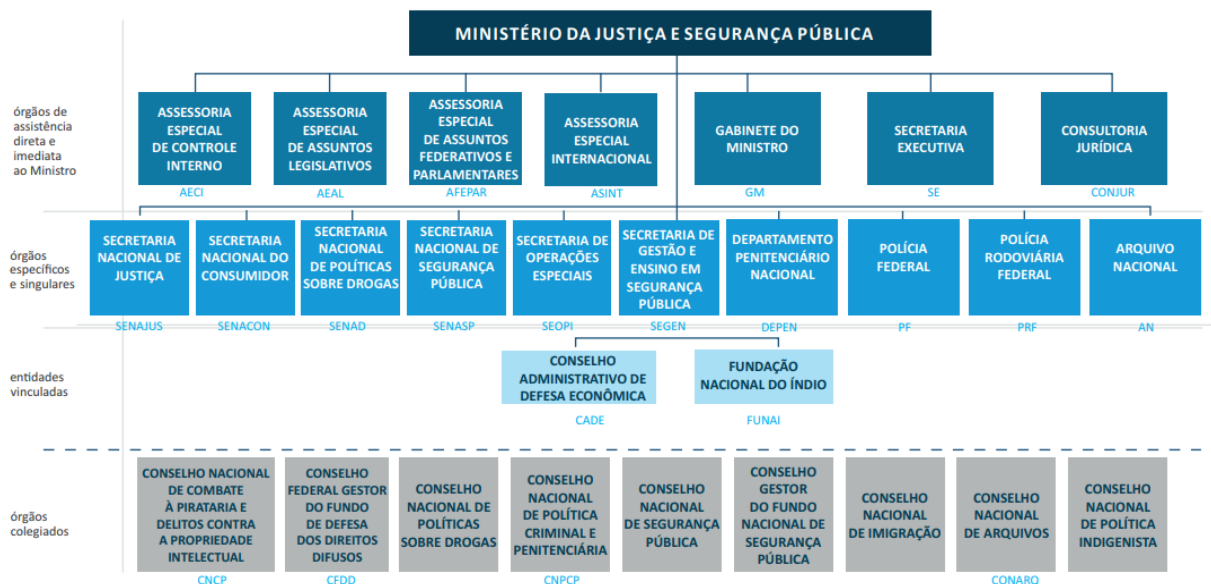
29 de julho de 2022

Sumário

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP	3
APRESENTAÇÃO	4
GESTÃO CONTÁBIL	7
Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP	7
Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	7
Registro Mensal da Conformidade Contábil	8
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.....	8
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS.....	9
Balanco Patrimonial.....	9
Demonstrações das Variações Patrimoniais	11
Balanco Orçamentário.....	13
Balanco Financeiro	15
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
NOTAS EXPLICATIVAS	19
Nota 01 – COVID-19.....	19
Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	19
Nota 03 – Imobilizado – BP	21
Nota 04 – Amortização Acumulada de Softwares – BP	26
Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP.....	27
Nota 06 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP	28
Nota 07 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP	30
Nota 08 – Ganhos com Incorporação de Ativos – DVP.....	35
Nota 09 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas - DVP	36
Nota 10 – Pessoal e Encargos – DVP.....	37
Nota 11 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos – DVP	38
Nota 12 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	40
Nota 13 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	41
Nota 14 – Déficit - Resultado Orçamentário – BO	42
Nota 15 – Pessoal e Encargos Sociais – BO	43
Nota 16 – Transferências Intragovernamentais – BF	44
Nota 17 – Segurança Pública – DFC	45
Nota 18 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC.....	46
Nota 19 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	47

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão do Poder Executivo Federal, estruturado pelo [Decreto nº 9.662/2019](#), alterado pelos [Decreto nº 10.365/2020](#) e [Decreto nº 10.379/2020](#). É composto por órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, órgãos específicos e singulares, entidades vinculadas e órgãos colegiados, cuja estrutura organizacional vigente é a seguinte:



O MJSP, por meio de seus órgãos específicos e singulares, é responsável pela gestão de seus fundos, instituídos e geridos da seguinte forma:

- Fundo Nacional Antidrogas – Funad: Instituído pela [Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – Senad;
- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: Instituído pela [Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001](#), é gerido pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen;
- Fundo Penitenciário Nacional – Funpen: Instituído pela [Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994](#), é gerido pelo Departamento Penitenciário Nacional – Depen;
- Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD: Instituído pela [Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985](#), é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon.

O Planejamento Estratégico do MJSP 2020-2023 define a sua missão, sua visão e seus valores e foi aprovado pela [Portaria nº 895, de 19 de dezembro de 2019](#).

- Missão: Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito
- Visão: Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
- Valores: Integridade, ética, interesse público, respeito, legalidade, resultado, capital humano, inovação, transparência e sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO

Contexto Operacional

Regulamentada pela [Portaria nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017](#), a **Secretaria Executiva - SE**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de transparência e acesso a informações, no âmbito do MJSP.

No que tange às demonstrações contábeis elencadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da SE, é responsável, dentre outras competências, por coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, por meio da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis - Diaco e da Divisão de Relatórios Contábeis - Direc (instituída pela [Portaria nº 821, de 31 de outubro de 2019](#)).

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 9ª edição e o Manual SIAFI, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no SIAFI, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.
- Balanço Orçamentário – BO.
- Balanço Financeiro – BF.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.
- Notas Explicativas – NES.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe

todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo Cade, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6. da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II. Reavaliados, aqueles nos quais:
 - seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
 - houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
 - seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atuou alinhada ao órgão central do Sistema, a STN do ME, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das DCONs, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevante; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumprir esclarecer que, a composição do órgão MJSP no Siafi não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020 (ambos os Decretos estarão revogados em 19 de setembro de 2022, pelo Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022).

Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código específico no SIAFI, conforme quadro a seguir:

Composição no Siafi do MJSP			
Órgão SuperiorMJSP 30000	30000	Secretaria Executiva – SE	MJSP
		Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON	
		Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP**	
		Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN*	
		Arquivo Nacional – AN	
	30108	Polícia Federal – PF*	
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP	
30907	Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN*		
30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD		
30202	Fundação Nacional do Índio – FUNAI *		
30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE*		

*Órgãos subordinados que possuem seccional de contabilidade ou contador responsável.

**A estrutura da Senasp nos sistemas estruturantes, incluindo-se o Siafi, é operacionalizada pela Segen, conforme Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020 (estará revogado em 19 de setembro de 2022, pelo Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022).

A CGCONTAB realiza o acompanhamento direto de 52 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 17 do MJSP. Além dessas unidades, foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do DEPEN, com 13 unidades;
- da FUNAI, com 48 unidades;
- da Renda do Patrimônio Indígena, com 70 unidades;
- do CADE, com 1 unidade; e
- Caixa Econômica Federal – CEF (mediante contratos de repasse), com 4 unidades (vinculadas aos fundos: FDD, Segen e Depen).

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCONs do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de Conformidade Contábil. Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual SIAFI.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as Notas Explicativas – NEs às DCONs do MJSP. As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SIAFIWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial

R\$ milhares			
ATIVO	NE	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		7.947.640	6.711.987
Caixa e Equivalentes de Caixa	02	5.830.790	4.572.510
Créditos a Curto Prazo		1.950.158	1.967.920
Demais Créditos e Valores		1.950.158	1.967.920
Estoques		166.691	171.557
ATIVO NÃO CIRCULANTE		269.653.458	268.775.118
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.415.379	2.866.966
Créditos a Longo Prazo		3.415.379	2.866.966
Dívida Ativa Não Tributária		3.741.420	3.167.656
Demais Créditos e Valores		1.005.545	1.030.896
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(1.331.586)	(1.331.586)
Investimentos		22	22
Participações Permanentes		0	0
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0	0
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado	03	265.897.863	265.568.365
Bens Móveis		3.541.574	3.392.312
Bens Móveis		4.774.418	4.546.027
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.232.844)	(1.153.715)
Bens Imóveis		262.356.289	262.176.053
Bens Imóveis		262.359.976	262.217.139
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(3.688)	(41.086)
Intangível		340.194	339.765
Softwares		340.176	339.747
Softwares		364.120	359.401
(-) Amortização Acumulada de Softwares	04	(23.944)	(19.654)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
TOTAL DO ATIVO		277.601.098	275.487.105
PASSIVO	NE	30/06/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		1.495.534	1.180.491
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	05	1.033.178	819.513
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		135.418	63.697
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		72	4
Obrigações de Repartição a Outros Entes		68.022	65.029
Provisões a Curto Prazo		805	805
Demais Obrigações a Curto Prazo		258.039	231.445
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		423	413
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		249	239
Provisões a Longo Prazo		39	39
Demais Obrigações a Longo Prazo		134	134
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.495.956	1.180.904

Fonte: Siafi.

Balço Patrimonial – continuação...

		R\$ milhares	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		276.105.141	274.306.201
Demais Reservas		6.325	5.584
Resultados Acumulados		276.098.816	274.300.617
Resultado do Exercício		1.774.201	153.549.612
Resultados de Exercícios Anteriores		274.300.617	235.067.971
Ajustes de Exercícios Anteriores		23.998	(114.315.965)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		277.601.098	275.487.105

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
				07	
ATIVO	30/06/2022	31/12/2021	PASSIVO	30/06/2022	31/12/2021
Ativo Financeiro	5.830.924	4.572.639	Passivo Financeiro	8.059.990	4.662.241
Ativo Permanente	271.770.173	270.914.466	Passivo Permanente	292.599	185.992
				Saldo Patrimonial	269.248.508
					270.638.872

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
ATIVO				
		NE	30/06/2022	31/12/2021
Saldo dos Atos Potenciais Ativos				
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			335.093	317.637
Atos Potenciais Ativos			335.093	317.637
Garantias e Contragarantias Recebidas			286.982	257.973
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres			48.030	59.582
Direitos Contratuais			82	82
TOTAL			335.093	317.637

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
PASSIVO				
		NE	30/06/2022	31/12/2021
Saldo dos Atos Potenciais Passivos				
Saldo dos Atos Potenciais Passivos			5.560.688	5.288.386
Atos Potenciais Passivos			5.560.688	5.288.386
Garantias e Contragarantias Concedidas			28	28
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos			2.152.341	2.483.280
Obrigações Contratuais			3.408.319	2.805.078
TOTAL			5.560.688	5.288.386

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(3.598.917)
Recursos Vinculados	1.369.851
Educação	299
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(1.000.661)
Previdência Social (RPPS)	(6)
Dívida Pública	(16.724)
Alienação de Bens e Direitos	47.354
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.339.590
TOTAL	(2.229.066)

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	30/06/2022	30/06/2021
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		434.731	239.759
Taxas		434.731	239.759
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		34.710	125.897
Venda de Mercadorias		18	0
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		34.693	125.896
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		211.387	178.441
Juros e Encargos de Mora		(6.086)	2.648
Variações Monetárias e Cambiais		-	86
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		217.473	175.707
Transferências e Delegações Recebidas		27.046.161	29.194.900
Transferências Intragovernamentais		26.760.229	28.636.161
Transferências Intergovernamentais		-	(38)
Outras Transferências e Delegações Recebidas		285.932	558.778
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		854.490	91.413.003
Reavaliação de Ativos		145.118	89.602.277
Ganhos com Alienação		44.661	30.312
Ganhos com Incorporação de Ativos	08	636.632	1.680.164
Ganhos com Desincorporação de Passivos		28.079	100.250
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.172.321	857.866
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		247	(744)
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	09	1.172.074	858.609
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		29.753.799	122.009.866

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	30/06/2022	30/06/2021
Pessoal e Encargos	10	4.015.168	3.921.358
Remuneração a Pessoal		3.114.981	3.044.839
Encargos Patronais		676.142	664.730
Benefícios a Pessoal		198.513	182.747
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		25.531	29.043
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.328.009	2.260.953
Aposentadorias e Reformas		1.683.079	1.650.447
Pensões		597.683	560.718
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		47.247	49.788
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.383.850	1.018.162
Uso de Material de Consumo		221.819	106.420
Serviços		1.038.641	796.854
Depreciação, Amortização e Exaustão		123.389	114.888
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		61.522	88.159
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		6	-
Juros e Encargos de Mora		207	127
Variações Monetárias e Cambiais		0	3
Descontos Financeiros Concedidos		60.827	88.029
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		482	-
Transferências e Delegações Concedidas		19.827.564	24.231.682
Transferências Intragovernamentais		19.203.205	23.566.327
Transferências Intergovernamentais		400.510	190.250
Transferências ao Exterior		15.842	10.825
Execução Orçamentária Delegada a Entes		1	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		208.006	464.279
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	11	290.189	82.122.280
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		84.110	81.583.318
Perdas com Alienação		147	1.935
Perdas Involuntárias		5.899	3.956
Incorporação de Passivos		36.886	11.071
Desincorporação de Ativos		163.148	522.001
Tributárias		3.159	2.402
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.343	1.847
Contribuições		816	555
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		70.137	27.238
Premiações		-	16
Incentivos		2.512	51
Subvenções Econômicas		21.658	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		45.968	27.171
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		27.979.598	113.672.234
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		1.774.201	8.337.633

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Receitas e Despesas Orçamentárias

30/06/2022
R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		4.290.483	4.290.483	2.774.836	(1.515.648)
Receitas Tributárias		312.337	312.337	304.311	(8.026)
Taxas		312.337	312.337	304.311	(8.026)
Receitas de Contribuições		398	398	108	(291)
Contribuições Sociais		398	398	108	(291)
Receita Patrimonial		2.350.571	2.350.571	1.402.685	(947.886)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		243	243	93	(150)
Valores Mobiliários		246.178	246.178	214.749	(31.430)
Demais Receitas Patrimoniais	12	2.104.150	2.104.150	1.187.843	(916.307)
Receitas de Serviços		55.198	55.198	34.576	(20.621)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		55.198	55.198	34.576	(20.621)
Outras Receitas Correntes		1.571.979	1.571.979	1.033.155	(538.824)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	13	1.433.501	1.433.501	908.381	(525.119)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		928	928	12.673	11.745
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		125.364	125.364	102.332	(23.032)
Demais Receitas Correntes		12.187	12.187	9.769	(2.418)
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	10.210	10.210
Alienação de Bens		-	-	10.210	10.210
Alienação de Bens Móveis		-	-	10.210	10.210
SUBTOTAL DE RECEITAS		4.290.483	4.290.483	2.785.045	(1.505.438)
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DÉFICIT	14			8.834.993	8.834.993
TOTAL		4.290.483	4.290.483	11.620.038	7.329.555
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	320.860	-	(320.860)
Superávit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	59.105	-	-
Créditos Cancelados		-	261.756	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		15.711.841	16.198.924	11.385.797	7.134.161	6.125.363	4.813.127
Pessoal e Encargos Sociais	15	11.868.440	12.288.888	8.683.282	5.951.447	5.065.783	3.605.606
Outras Despesas Correntes		3.843.401	3.910.036	2.702.515	1.182.714	1.059.580	1.207.521
DESPESAS DE CAPITAL		2.090.125	1.923.902	234.241	22.513	17.839	1.689.661
Investimentos		2.085.519	1.919.875	234.241	22.513	17.839	1.685.634
Inversões Financeiras		4.606	4.027	-	-	-	4.027
Reserva de Contingência		642.033	642.033	-	-	-	642.033
Amortização da Dívida/ Refinanciamento		-	-	-	-	-	-
TOTAL		18.443.998	18.764.859	11.620.038	7.156.674	6.143.202	7.144.820

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados30/06/2022
R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		251.720	692.915	421.879	411.818	39.601	493.217
Pessoal e Encargos Sociais		8.306	13.998	3.462	3.438	2.258	16.609
Outras Despesas Correntes		243.414	678.917	418.418	408.380	37.343	476.608
DESPESAS DE CAPITAL		1.260.976	1.461.778	743.194	664.229	69.343	1.989.182
Investimentos		1.260.951	1.460.449	743.194	664.229	69.343	1.987.827
Inversões Financeiras		26	1.329	-	-	-	1.355
TOTAL		1.512.696	2.154.693	1.165.073	1.076.047	108.944	2.482.399

Fonte: Siafi.

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados30/06/2022
R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		2.275	862.119	861.132	545	2.717
Pessoal e Encargos Sociais		36	756.154	756.127	1	63
Outras Despesas Correntes		2.238	105.964	105.005	544	2.654
DESPESAS DE CAPITAL		42.616	43.470	39.708	1.069	45.309
Investimentos		42.616	43.470	39.708	1.069	45.309
TOTAL		44.891	905.588	900.839	1.614	48.026

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Ingressos

		R\$ milhares	
INGRESSOS	NE	30/06/2022	30/06/2021
Receitas Orçamentárias		2.785.045	2.230.116
Vinculadas		2.903.072	2.329.711
Seguridade Social (Exceto Previdência)		21.598	16.226
Alienação de Bens e Direitos		21.293	86
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.860.003	2.313.398
Recursos a Classificar		177	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(118.026)	(99.595)
Transferências Financeiras Recebidas	16	26.760.229	28.630.480
Resultantes da Execução Orçamentária		24.119.403	26.831.169
Cota Recebida		8.535.324	8.770.032
Repasso Recebido		8.233.504	8.450.983
Sub-repasso Recebido		7.000.898	6.637.616
Repasso Devolvido		349.666	2.972.362
Sub-repasso Devolvido		10	177
Independentes da Execução Orçamentária		2.640.826	1.799.311
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		2.292.295	1.591.735
Demais Transferências Recebidas		120.969	21.420
Movimentação de Saldos Patrimoniais		227.562	185.085
Recebimentos Extraorçamentários		5.508.282	4.530.010
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.013.473	939.130
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		4.463.364	3.551.234
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		28.219	36.994
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.227	2.651
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.049	2.561
Restituições a Pagar		160	55
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		18	34
DARF – SISCOMEX		-	0
Saldo do Exercício Anterior		4.572.510	6.404.276
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.572.510	6.404.276
TOTAL		39.626.067	41.794.882

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Dispêndios

		R\$ milhares	
DISPÊNDIOS	NE	30/06/2022	30/06/2021
Despesas Orçamentárias		11.620.038	10.249.959
Ordinárias		6.651.072	6.301.287
Vinculadas		4.968.966	3.948.671
Seguridade Social (Exceto Previdência)		3.484.360	1.712.616
Previdência Social (RPPS)		-	1.100.308
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.484.606	1.135.748
Transferências Financeiras Concedidas	16	19.202.403	23.560.554
Resultantes da Execução Orçamentária		15.925.140	21.045.560
Repasso Concedido		8.235.868	8.460.456
Sub-repasso Concedido		7.000.898	6.637.616
Cota Devolvida		338.697	2.974.949
Repasso Devolvido		349.666	2.972.362
Sub-repasso Devolvido		10	177
Independentes da Execução Orçamentária		3.277.264	2.514.994
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1.475.893	1.175.689
Demais Transferências Concedidas		79.446	119.589
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.721.924	1.218.646
Movimento para Incorporação de Saldos		-	1.071
Pagamentos Extraorçamentários		2.972.835	2.483.101
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		900.839	789.862
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.076.047	824.366
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		22.878	36.337
Outros Pagamentos Extraorçamentários		973.070	832.536
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		970.944	831.829
Valores Compensados		4	5
Demais Pagamentos		2.122	703
Saldo para o Exercício Seguinte		5.830.790	5.501.269
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.830.790	5.501.269
TOTAL		39.626.067	41.794.882

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

		R\$ milhares	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS	NE	30/06/2022	30/06/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.608.597	(521.498)
INGRESSOS		29.563.462	30.897.680
Receita Tributária		304.311	167.832
Receita de Contribuições		108	102
Receita Patrimonial		1.187.939	950.358
Receita de Serviços		34.576	125.805
Remuneração das Disponibilidades		214.749	177.128
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.033.155	808.929
Transferências Recebidas		-	(38)
Intragovernamentais		-	(38)
Outros Ingressos Operacionais		26.788.626	28.667.564
Ingressos Extraorçamentários		28.219	36.994
Restituições a Pagar		160	55
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		18	34
Transferências Financeiras Recebidas	16	26.760.229	28.630.480
DARF – SISCOMEX		-	0
DESEMBOLSOS		(27.954.864)	(31.419.178)
Pessoal e Demais Despesas		(6.677.192)	(6.149.302)
Essencial a Justiça		(2)	-
Administração		(95.772)	(88.774)
Segurança Pública	17	(4.198.662)	(3.759.936)
Assistência Social		-	(8)
Previdência Social		(2.112.938)	(2.069.705)
Educação		(90)	(930)
Cultura		-	(62)
Direitos da Cidadania		(198.717)	(169.141)
Organização Agrária		(3)	-
Encargos Especiais		(74.056)	(63.307)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas–Cartão de Pagamento		3.049	2.561
Transferências Concedidas		(1.079.321)	(840.449)
Intergovernamentais		(395.602)	(159.833)
A Estados e/ou Distrito Federal		(367.844)	(149.899)
A Municípios		(27.758)	(9.934)
Intragovernamentais		(665.962)	(657.723)
Outras Transferências Concedidas		(17.757)	(22.893)
Outros Desembolsos Operacionais		(20.198.351)	(24.429.427)
Dispêndios Extraorçamentários		(22.878)	(36.337)
Transferências Financeiras Concedidas	16	(19.202.403)	(23.560.554)
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		(970.944)	(831.829)
Valores Compensados		(4)	(5)
Demais Pagamentos		(2.122)	(703)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(350.317)	(381.510)
INGRESSOS		10.210	-
Alienação de Bens		10.210	-
DESEMBOLSOS		(360.527)	(381.510)
Aquisição de Ativo Não Circulante	18	(343.499)	(330.569)
Outros Desembolsos de Investimentos		(17.027)	(50.941)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.258.281	(903.007)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		4.572.510	6.404.276
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		5.830.790	5.501.269

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021		-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(114.316.965)	-	-	(114.316.965)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	3.379	-	-	-	3.379
Resultado do Exercício		-	-	-	-	153.549.612	-	-	153.549.612
Saldo Final do Exercício 2021		-	-	-	5.584	274.300.617	-	-	274.306.201

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022		-	-	-	5.584	274.300.617	-	-	274.306.201
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	22.868	-	-	22.868
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	740	1.130	-	-	1.870
Resultado do Exercício		-	-	-	-	1.774.201	-	-	1.774.201
Saldo Final do Exercício 2022	19	-	-	-	6.325	276.098.816	-	-	276.105.141

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – COVID-19

No exercício de 2020, em decorrência da pandemia Covid-19, o MJSP geriu a aplicação dos recursos extraordinários sob responsabilidade da pasta, oriundos da MPV nº 942, de 2 de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.033, de 04 de agosto de 2020, no valor de R\$ 199.825 mil e da MPV nº 965, de 13 de maio de 2020, cujos recursos foram bloqueados por não ter sido convertida em lei. Em 08 de junho de 2021, para atender demandas da pandemia, no que tange à proteção dos povos indígenas, foi realizada a abertura de crédito extraordinário por intermédio da MPV nº 1054, de 06 de junho de 2021, no valor de R\$ 41.049 mil, convertida na Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021.

No encerramento do 2º trimestre de 2022, o total dos valores pagos somaram R\$ 16.521 mil, representando 40,25% do total do valor autorizado pela Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021.

A Funai representou 100,00% (R\$ 16.521 mil) do total pago no segundo trimestre de 2022, apresentando, conforme "Tabela 01", o gasto por natureza da despesa.

Destaca-se, no quadro a seguir, que 77,32% do total gasto foi representado em 33,68% (R\$ 5.564 mil) por salário contrato temporário, 23,30% (R\$ 3.850 mil) por fretes e transportes de encomendas, 12,82% (R\$ 2.117 mil) na concessão de auxílio-alimentação e 7,52% (R\$ 1.243 mil) com a aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos.

Tabela 01 – Covid-19 - total gasto por natureza de despesa - Funai

Natureza da despesa	R\$ milhares	
	30/06/2022	AV(%)
Salário Contrato Temporário	5.564	33,68
Fretes e Transportes de Encomendas	3.850	23,30
Auxílio-Alimentação	2.117	12,82
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.243	7,52
Demais gastos	3.747	22,68
Gasto Total 2ºTrim2022	16.521	100,00

Fonte: Siafi/Tesouro Gerencial/Painel do Orçamento Federal.

Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

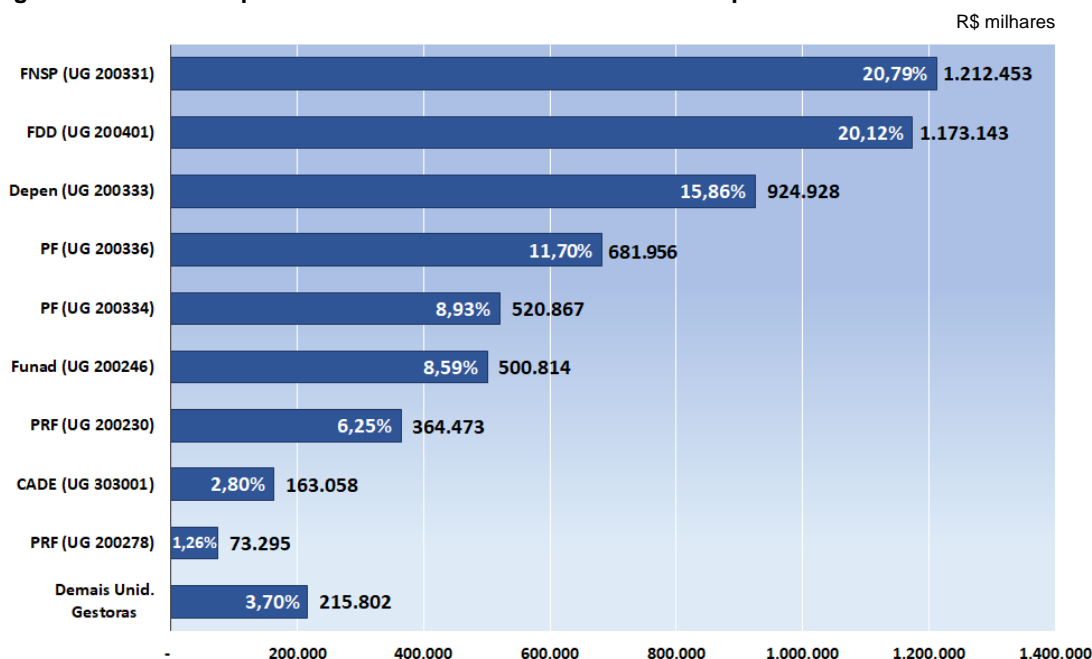
No final do 2º trimestre de 2022, R\$ 5.614.988 mil (96,30%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" apresentaram-se assim distribuídos entre as nove (9) unidades gestoras mais representativas:

- a) R\$ 1.212.453 mil (20,79%) na UG 200331 do FNSP;
- b) R\$ 1.173.143 mil (20,12%) na UG 200333 do FDD;
- c) R\$ 924.928 mil (15,86%) na UG 200333 do Depen;
- d) R\$ 681.956 mil (11,70%) na UG 200336 da PF;
- e) R\$ 520.867 mil (8,93%) na UG 200334 da PF;
- f) R\$ 500.814 mil (8,59%) na UG 200246 da Funad;
- g) R\$ 364.473 mil (6,25%) na UG 200230 da PRF;
- h) R\$ 163.058 mil (2,80%) na UG 303001 do CADE;
- i) R\$ 73.295 mil (1,26%) na UG 200278 da PRF;

As demais unidades gestoras executoras que apresentaram saldo no fechamento do 2º trimestre de 2021, as quais somaram 125 unidades distintas, englobaram R\$ 215.802 mil (3,70%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa".

Cabe ressaltar que a representatividade de 15,86% do Depen deve-se à existência do Funpen - Fundo Penitenciário Nacional, regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em junho de 2022, 97,95% (R\$ 5.711.442 mil) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes:

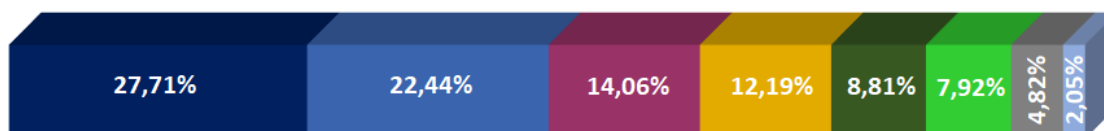
- 27,71% (R\$ 1.615.977 mil) em taxas/multas aplicadas pelo poder de polícia e multas provocadas por processos judiciais;
- 22,44% (R\$ 1.308.339 mil) em receitas de concursos prognósticos;
- 14,06% (R\$ 819.899 mil) em recursos próprios financeiros;
- 12,19% (R\$ 711.029 mil) em recursos próprios primários de livre aplicação;
- 8,81% (R\$ 513.682 mil) em recursos primários de livre aplicação;
- 7,92% (R\$ 461.644 mil) em recursos livres da seguridade social; e
- 4,82% (R\$ 280.872 mil) em alienação de bens apreendidos.

As fontes de recursos menos representativas corresponderam a 2,05% (R\$ 119.348 mil) do total das fontes de recursos financeiros, distribuídas entre 15 tipos de fontes distintas.

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Legenda:

- Taxas/ Multas p/ Poder de Polícia e Multas Prov. Proc. Judiciais
- Receitas de Concursos de Prognósticos
- Recursos Próprios Financeiros
- Rec. Próprios Primários de Livre Aplicação
- Recursos Primários de Livre Aplicação
- Recursos Livres da Seguridade Social
- Alienação de Bens Apreendidos
- Demais Fontes de Recursos (15 fontes distintas)



Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”. No segundo trimestre de 2022, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi positivo de R\$ 1.258.281 mil, sendo 127,84% (R\$ 1.608.597 mil) impactado pelas atividades operacionais e -27,84% (R\$ -350.317 mil) devido às atividades de investimento.

Com relação aos fluxos de caixa das atividades operacionais, destacam-se as "Transferências Financeiras Recebidas" que, conforme pode-se observar nas DFC, em junho de 2022, representaram, respectivamente, 90,52% (R\$ 26.760.229 mil) do total dos ingressos das atividades operacionais. Com relação aos dispêndios das atividades operacionais, "Transferências Financeiras Concedidas" representaram 68,69% (R\$ -3.371.059 mil) e "Segurança Pública" representaram 15,02% (R\$ 4.198.662 mil), cujas representações totalizaram 83,71% (R\$ 23.401.065 mil), detalhados nas notas explicativas de número 16 e 17 respectivamente.

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que 98,05% (R\$ -343.499 mil) do saldo apresentado referem-se às aquisições de ativos não circulantes, os quais constam detalhados na nota explicativa de número 18.

Portanto, com relação ao resultado financeiro positivo de R\$ 1.258.281 mil no segundo trimestre de 2022 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento.

Tabela 02 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

Descrição	R\$ milhares				
	30/06/2022	30/06/2021	2022-2021	AV%	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	1.608.597	(521.498)	2.130.095	127,84	(408,46)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(350.317)	(381.510)	31.193	(27,84)	(8,18)
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.258.281	(903.007)	2.161.288	100,00	(239,34)

Fonte: Siafi.

Nota 03 – Imobilizado – BP

O Ativo Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (tangíveis) – bens móveis e imóveis – destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. Inclusive, os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Em 30 de junho de 2022, o MJSP registrou o valor contábil de R\$ 265,9 bilhões dos bens móveis e imóveis, sendo 1,33% (R\$ 3,5 bilhões) em bens móveis e 98,67% (R\$ 262,3 bilhões) em bens imóveis, conforme demonstrado na “Tabela 03”.

Tabela 03 – Imobilizado – composição

IMOBILIZADO	R\$ milhares			
	30/06/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis	3.541.574	3.392.312	1,33	4,40
Bens móveis - consolidação	4.774.418	4.546.027	-	5,02
Deprec., Exaustão e Amortiz Acumulada de bens móveis	(1.232.844)	(1.153.715)	-	6,86
Bens Imóveis	262.356.289	262.176.053	98,67	0,07
Bens imóveis - consolidação	262.359.976	262.217.139	-	0,05
Deprec., Exaustão e Amortiz Acumulada de bens imóveis	(3.688)	(41.086)	-	(91,02)
Total bruto	267.134.394	266.763.166	-	0,14
Total líquido	265.897.862	265.568.365	100,00	0,12

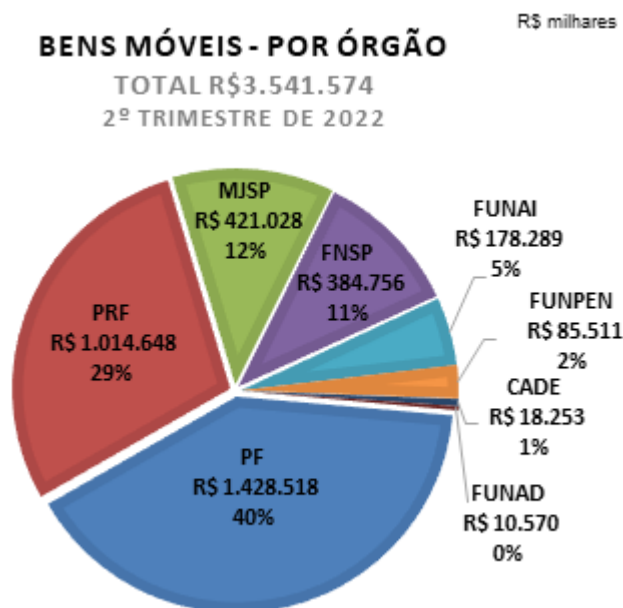
Fonte: Siafi.

Bens Móveis – Imobilizado

Os bens móveis totalizaram, no segundo trimestre de 2022, R\$ 3.541.574 mil, após a aplicação da depreciação, representando 1,33% do total do imobilizado.

No que se refere aos órgãos vinculados ao MJSP, os bens móveis apresentaram a distribuição conforme a “Figura 03”. Destacaram-se a PF, com 40,34% (R\$ 1.428.518 mil) e a PRF, com 28,65% (R\$ 1.014.648 mil). Somando, ambas, 68,99% (R\$ 2.443.167 mil) do total dos bens móveis do MJSP.

Figura 03 – Bens Móveis – composição por órgão



Fonte: Siafi.

Conforme destacado na “Tabela 04”, os veículos apresentaram maior representatividade, correspondendo a 53,06% (R\$ 1.879.228 mil) do total da rubrica, seguido pelos bens de informática, com 24,83% (R\$ 879.302 mil) e máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, representando 22,16% (R\$ 784.973 mil).

Tabela 04 – Composição dos Bens Móveis – por conta contábil

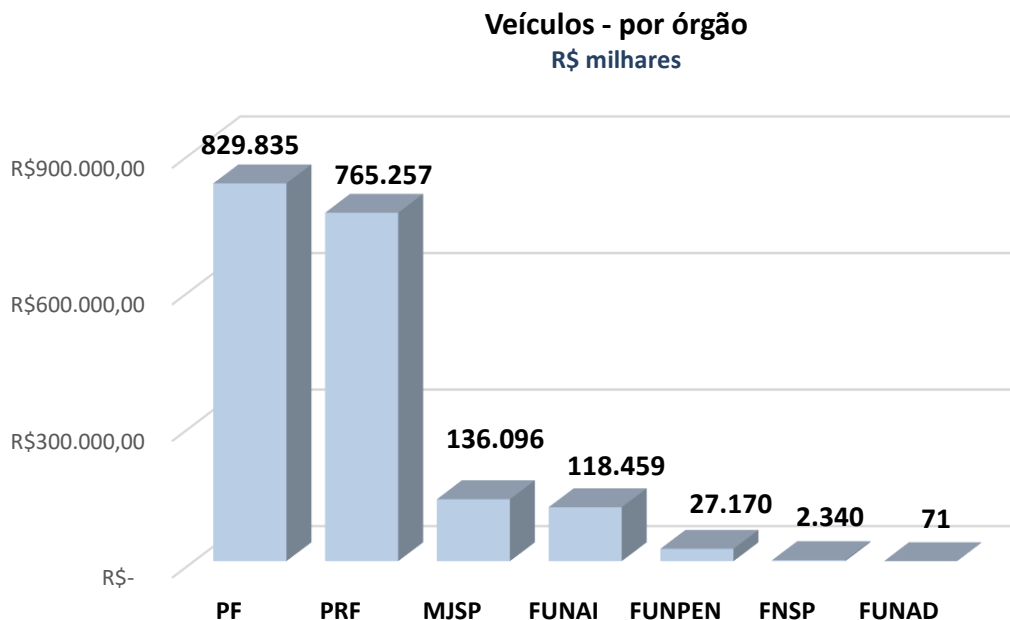
R\$ milhares

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Veículos	1.879.228	1.884.550	53,06	(0,28)
Bens de Informática	879.302	853.265	24,83	3,05
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	784.973	786.441	22,16	(0,19)
Bens Móveis em Almoxarifado	443.052	317.895	12,51	39,37
Móveis e Utensílios	242.034	230.794	6,83	4,87
Armamentos	170.702	159.560	4,82	6,98
Bens Móveis em Andamento	156.102	108.312	4,41	44,12
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	120.035	116.013	3,39	3,47
Semoventes e Equipamentos de Montaria	12.818	12.752	0,36	0,52
Peças e Conjuntos de Reposição	59	59	0,00	0,00
Demais Bens Móveis	86.113	76.387	2,43	12,73
Subtotal	4.774.418	4.546.027	134,81	5,02
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.232.844)	(1.153.715)	(34,81)	6,86
Total líquido	3.541.574	3.392.312	100,00	4,40

Fonte: Siafi.

Na “Figura 04”, destacam-se a PF e a PRF, apresentando os maiores recursos alocados na conta de veículos e com a conseqüente necessidade de desenvolvimento das atividades inerentes à função policial.

Figura 04 – Veículos – por órgão



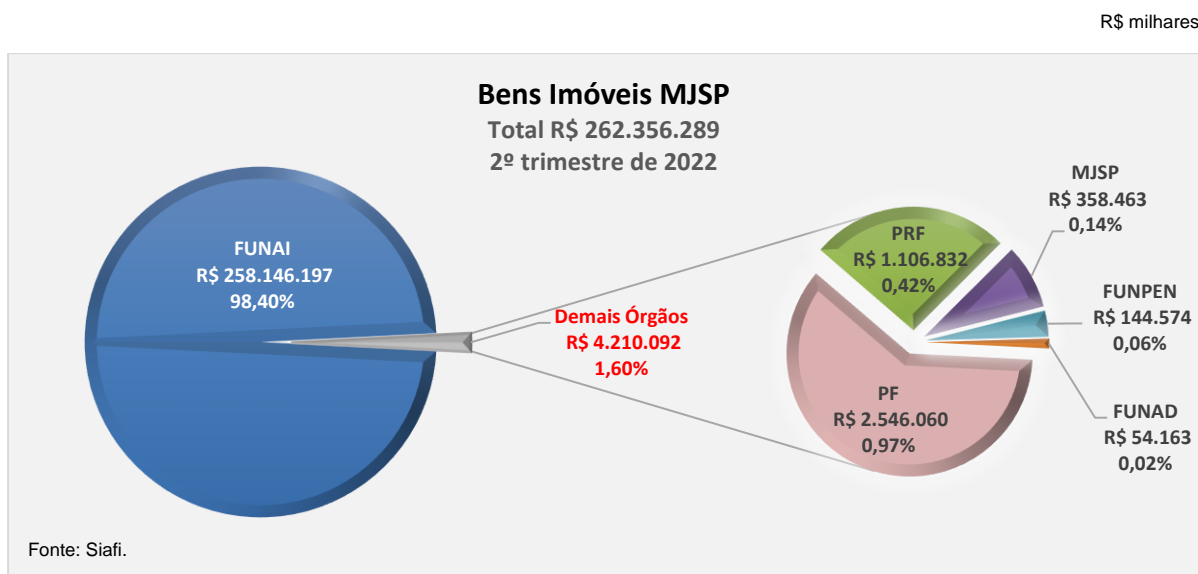
Fonte: Siafi.

Bens Imóveis – Imobilizado

Os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 262.359.976 mil no 2º trimestre de 2022, representando 94,51% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de melhorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de -0,001% (R\$ -3.688 mil), foi de R\$ 262.356.289 mil.

Nesse contexto, destaca-se a Funai pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 258,1 bilhões (98,40%), conforme “Figura 05”.

Figura 05 – Bens Imóveis – por órgão



De acordo com a “Tabela 05”, os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,78% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 261,8 bilhões em 30/06/2022.

Tabela 05 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

Descrição	R\$ milhares			
	30/06/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial	261.780.479	261.623.103	99,78	0,06
Bens Imóveis em Andamento	506.204	524.569	0,19	(3,50)
Instalações	47.259	45.262	0,02	4,41
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	12.866	11.266	0,00	14,20
Bens Dominicais	12.600	12.371	0,00	1,85
Demais Bens Imóveis	568	568	0,00	0,00
Subtotal	262.359.976	262.217.139	100,00	0,05
Depreciação / Amortização Acumulada	(3.688)	(41.086)	(0,00)	(91,02)
Total líquido	262.356.289	262.176.053	100,00	0,07

Fonte: Siafi.

Destaca-se, como demonstrado na “Tabela 06”, a conta contábil Fazendas, Parques e Reservas, representando 98,03% do total dos bens de uso especial do MJSP.

Tabela 06 - Bens de Uso Especial – por tipo

Descrição	R\$ milhares			
	30/06/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	256.629.811	256.629.811	98,03	(0,00)
Fundação Nacional do Índio	256.607.285	256.607.285	98,02	(0,00)
Fundo Nacional Antidrogas	22.526	22.526	0,01	(0,00)
Edifícios	1.892.346	1.827.048	0,72	3,57
Polícia Federal	1.349.513	1.306.143	0,52	3,32
Ministério da Justiça e Segurança Pública	338.102	335.985	0,13	0,63
Polícia Rodoviária Federal	175.908	156.098	0,07	12,69
Fundação Nacional do Índio	28.486	28.486	0,01	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	336	336	0,00	0,01
Terrenos e Glebas	1.705.541	1.614.598	0,65	5,63
Fundação Nacional do Índio	913.645	913.609	0,35	0,00
Polícia Federal	514.796	451.450	0,20	14,03
Polícia Rodoviária Federal	257.453	228.374	0,10	12,73
Fundo Penitenciário Nacional	10.894	10.894	0,00	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	8.076	9.593	0,00	(15,81)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	677	677	0,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.404.064	1.371.397	0,54	2,38
Fundação Nacional do Índio	576.399	576.432	0,22	(0,01)
Polícia Federal	441.295	416.084	0,17	6,06
Polícia Rodoviária Federal	322.977	315.593	0,12	2,34
Fundo Penitenciário Nacional	61.961	61.961	0,02	(0,00)
Fundo Nacional Antidrogas	1.432	1.327	0,00	7,92
Complexos, Fábricas e Usinas	86.504	129.716	0,03	(33,31)
Polícia Federal	73.889	119.128	0,03	(37,97)
Polícia Rodoviária Federal	12.614	10.588	0,00	19,14
Imóveis Residenciais e Comerciais	62.214	50.533	0,02	23,12
Polícia Federal	19.418	18.421	0,01	5,41
Polícia Rodoviária Federal	16.621	15.926	0,01	4,36
Fundo Nacional Antidrogas	22.271	12.282	0,01	81,33
Fundação Nacional do Índio	3.904	3.904	0,00	0,01
Total dos bens de uso especial	261.780.479	261.623.103	100,00	0,06

Fonte: Siafi.

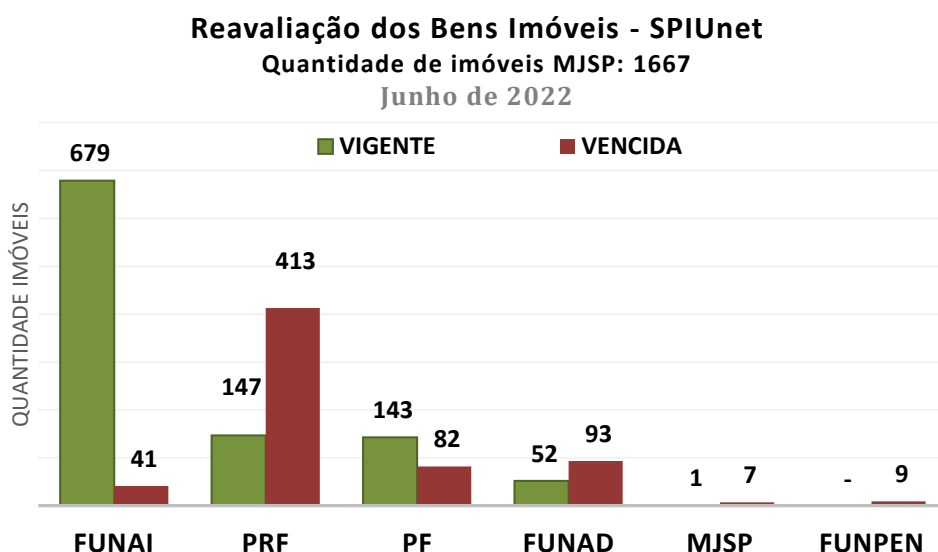
O MJSP apresentou no segundo trimestre 1.667 imóveis registrados no SPIUnet, distribuídos da seguinte forma: Funai, 720; PRF, 560; PF, 225; Funad, 145; Funpen, 9; e MJSP, 8. A “Figura 06” representa a

situação dos bens imóveis de uso especial registrados no SPIUnet, onde 61,31% (1.022 imóveis) da quantidade de imóveis está com o prazo de validade vigente. Nesse sentido, 99,47% (R\$ 260,4 bilhões) do valor de utilização registrado no SPIUnet encontra-se vigente, conforme “Figura 07”.

Os imóveis registrados no Funad são provenientes de apreensão ou de perdimento em favor da União. Para proceder à correta evidenciação nas contas contábeis, a unidade está em contato com os gestores da SPU, a fim de identificar melhor fluxo de informações entre as entidades e permitir a adequada compatibilização entre SPIUnet/SIAFI e GFUNAD, sistema de controle analítico de bens apreendidos, em uso pela SENAD.

Adicionalmente, está em fase de estudo e apreciação uma proposta, elaborada pela STN, de contabilização dos atos e fatos administrativos inerentes à gestão desses imóveis.

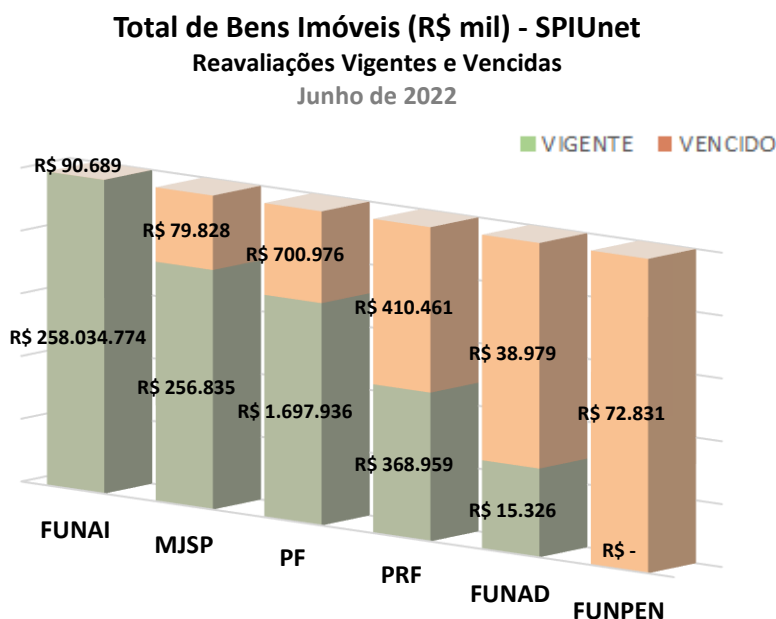
Figura 06 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: Siafi/ SPIUnet.

Verifica-se, ainda, na “Figura 07”, a evolução dos órgãos vinculados ao MJSP no tocante aos valores correspondentes às reavaliações vigentes e vencidas no segundo trimestre de 2022.

Figura 07 – Valores dos Bens Imóveis (R\$ mil) com as Reavaliações Vigentes e Vencidas



Fonte: Siafi/ SPIUnet.

Nota 04 – Amortização Acumulada de Softwares – BP

No segundo trimestre de 2022, foram identificados registros de “Softwares” nos órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme apresentado na “Tabela 07”. No entanto, apenas a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica apresentaram amortizações para esses ativos intangíveis, apesar da necessidade de reaverem a integridade dos referidos montantes.

Destaca-se que a Portaria ME nº 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações.

Para a implantação de tal sistema, portanto, tais órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública se manifestaram, mediante processo formal interno; sendo que, a maioria deles, apresentou um cronograma de implantação, iniciado em 2020; com exceção da Polícia Federal - PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF, que devido às especificidades desenvolvidas em suas atividades, apresentam considerações quanto à utilização do referido sistema.

Ante o exposto, não foram identificadas evidências contábeis de que a implantação do SIADS está operando regularmente com relação às amortizações, no entanto, há previsões a curto prazo para a efetiva funcionalidade do sistema e consequentes ajustes dos registros contábeis de amortizações.

Tabela 07 – Softwares e Amortizações Acumuladas

		R\$ milhares			
Nome da Conta	Nome do Órgão	30/06/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Softwares com vida útil definida	Ministério da Justiça e Segurança Pública	72.008	65.144	21,17	10,54
	Polícia Federal	53.947	64.326	15,86	-16,14
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	9.068	8.894	2,67	1,95
	Fundação Nacional do Índio	6.281	6.281	1,85	0,00
	Polícia Rodoviária Federal	1.997	1.980	0,59	0,86
	Fundo Penitenciário Nacional	1.510	1.510	0,44	0,00
	Fundo Nacional de Segurança Pública	710	710	0,21	0,00
	Total - Softwares com vida útil definida	145.520	148.845	42,78	-2,23
Softwares com vida útil indefinida	Polícia Federal	138.081	137.547	40,59	0,39
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	24.328	24.328	7,15	0,00
	Polícia Rodoviária Federal	21.525	21.528	6,33	-0,02
	Fundo Nacional de Segurança Pública	5.979	5.979	1,76	0,00
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	5.827	4.351	1,71	33,92
	Fundação Nacional do Índio	912	904	0,27	0,90
	Fundo Penitenciário Nacional	10	-	0,00	-
Total - Softwares com vida útil indefinida	196.662	194.637	57,81	1,04	
Softwares em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	21.938	15.919	6,45	37,81
Total - Softwares em fase de desenvolvimento	21.938	15.919	6,45	37,81	
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	Fundação Nacional do Índio	18	18	0,01	0,00
	Polícia Rodoviária Federal	-	0	0,00	-100,00
	Total - Concessão de Dir. de Uso de Comunicação	18	18	0,01	-0,03
Amortização Acumulada - Softwares com vida útil definida	Polícia Federal	(22.631,00)	(18.424,14)	(6,65)	22,83
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(1.313,45)	(1.229,84)	(0,39)	6,80
	Total - Amortização Acumulada	(23.944,45)	19.653,99)	(7,04)	21,83
Total de Softwares	340.194	339.765	100,00	0,13	

Fonte: Siafi.

Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP

Tais obrigações, constituem-se em salários, remunerações, benefícios, férias, benefícios assistenciais e previdenciários, a pagar, dentre outros.

No 2º trimestre de 2022, restaram contabilizados R\$ 1.033.178 mil para despesas com pessoal, que representaram 69,07% do total do Passivo Exigível. As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar em curto prazo são evidenciadas a seguir, na “Tabela 08”.

Tabela 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

R\$ milhares				
Descrição	30/06/2022	31/12/2021	AV%	AH%
Polícia Federal	599.190	478.530	57,99	25,21
Polícia Rodoviária Federal	317.118	257.271	30,69	23,26
Ministério da Justiça e Segurança Pública	64.025	43.594	6,20	46,87
Fundação Nacional do Índio	50.477	37.963	4,89	32,96
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.368	2.154	0,23	9,93
Total	1.033.178	819.513	100,00	26,07

Fonte: Siafi.

Conforme apresentado na “Tabela 09”, a rubrica Salários, Remunerações e Benefícios apresentou 78,34% (R\$ 809.386 mil) do total das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a curto prazo. Apresentou, ainda, um aumento 17,10% (R\$ 118.173 mil) em relação ao saldo no encerramento de 2021, impulsionado, principalmente, pelas PRF e PF, que representaram 88,90% (R\$ 105.060 mil) da variação horizontal.

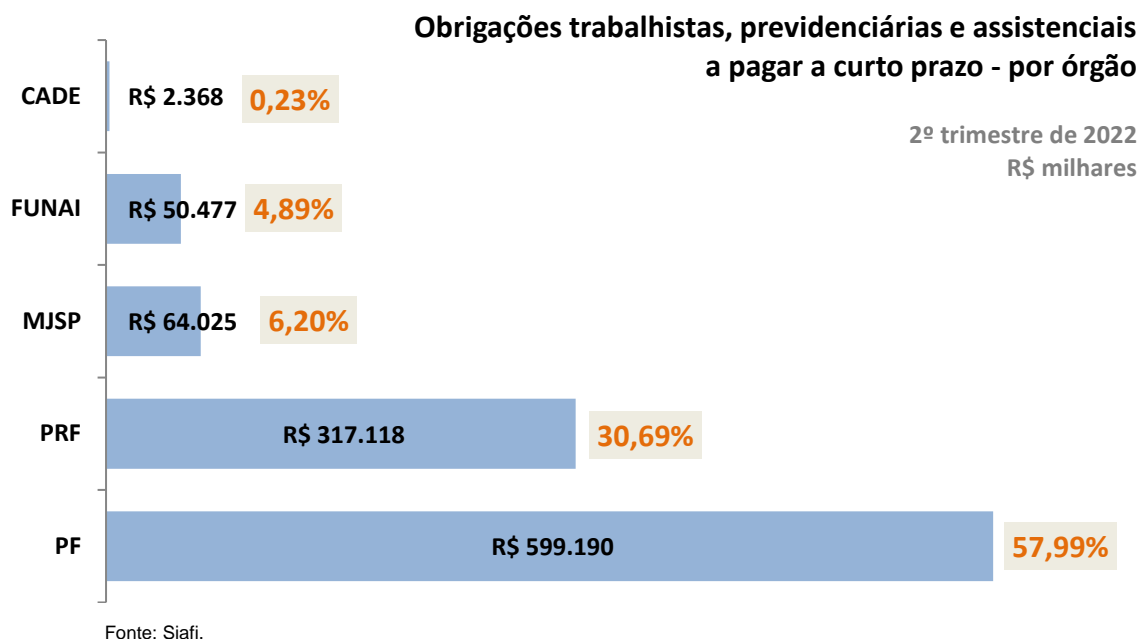
Tabela 09 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

R\$ milhares				
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - POR TIPO	30/06/2022	31/12/2021	AV%	AH%
Salários, Remunerações e Benefícios	809.386	691.213	78,34	17,10
Férias a Pagar	139.674	103.584	13,52	34,84
Décimo Terceiro Salário a Pagar	58.018	-	5,62	
Precatórios de Pessoal	17.072	16.186	1,65	5,47
Benefícios Assistenciais a Pagar	3.850	3.720	0,37	3,48
Benefícios Previdenciários	2.938	2.800	0,28	4,92
Contribuição a Entidades de Previd. Complementar	2.226	1.591	0,22	39,90
INSS - Contrib. s/ Serviços de Terceiros – Intra	9	-	0,00	
INSS - Contrib. s/ Serviços de Terceiros/Contrib Avulsos	5	-	0,00	
PSSS - Contrib. s/ Vencimentos e Vantagens - Intra		419	-	(100,00)
Total Geral	1.033.178	819.513	100,00	26,07

Fonte: Siafi.

Do montante de R\$ 1.033.178 mil, destacam-se os registros evidenciando os salários, remunerações e benefícios, dos quais 71,07% (R\$ 734.270 mil) foram referentes à PF e PRF. Tais obrigações correspondem, respectivamente, a 41,14% (R\$ 425.020 mil) e 29,93% (R\$ 309.251 mil) do total. Nesse sentido, figuram como os órgãos mais representativos com relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar do MJSP, conforme demonstrado na “Figura 08”.

Figura 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

**Nota 06 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP**

O "Resultado de Exercícios Anteriores", registrado no segundo trimestre de 2022, representou 98,82% (R\$ 274.300.617 mil) do total do passivo e patrimônio líquido, conforme pode-se observar na análise vertical do Balanço Patrimonial. Somente a FUNAI representou 94,17% (R\$ 258.317.813 mil) da referida rubrica, conforme apresentado na "Tabela 10".

Tabela 10 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares

Resultado de Exercícios Anteriores	30/06/2022	31/12/2021	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Fundação Nacional do Índio	258.317.813	218.584.458	94,17	18,18
Polícia Federal	4.496.475	3.901.545	1,64	15,25
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.200.655	3.262.670	1,53	28,75
Polícia Rodoviária Federal	2.267.531	2.096.399	0,83	8,16
Fundo Penitenciário Nacional	1.287.350	1.367.636	0,47	(5,87)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.168.450	744.871	0,43	56,87
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.077.417	3.764.134	0,39	(71,38)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	831.468	794.122	0,30	4,70
Fundo Nacional Antidrogas	566.606	465.285	0,21	21,78
Subtotal (A)	274.213.766	234.981.120	99,97	16,70
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,03	0,00
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,03	0,00
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25)	25	(0,00)	-
Subtotal (C)	(25)	25	(0,00)	-
Total (A+B+C)	274.300.617	235.067.971	100,00	16,69

Fonte: Siafi.

Com relação ainda ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, conforme demonstrado na “Tabela 11” e “Figura 09”, 93,07% (R\$ 258.317.813 mil) correspondem aos resultados superavitários, provenientes de exercícios anteriores, decorrentes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações relativas aos bens imóveis da Fundação Nacional do Índio - Funai, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas, assim registrados:

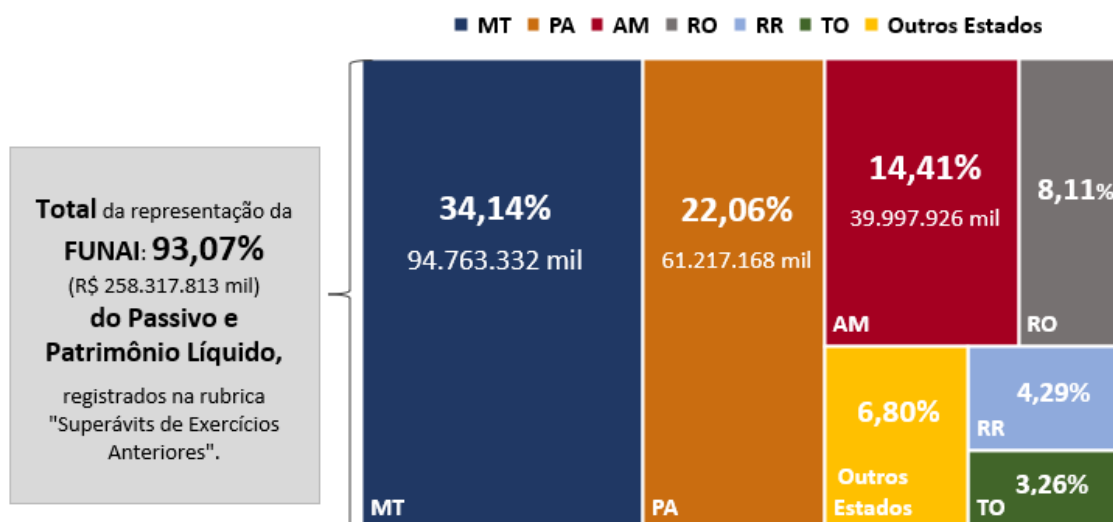
- a) 34,14% no MT (R\$ 94.763.332 mil);
- b) 22,06% no PA (61.217.168 mil);
- c) 14,41% no AM (R\$ 39.997.926 mil);
- d) 8,11% em RO (R\$ 22.512.896 mil);
- e) 4,29% em RR (R\$ 11.193.221 mil);
- f) 3,26% no TO (R\$ 9.051.390 mil);
- i) 6,80% em outros estados (R\$ 18.861.880 mil).

Tabela 11 – Superávits Acumulados – composição FUNAI – por estado

R\$ milhares				
FUNAI - Resultado de Exercícios Anteriores	30/06/2022	31/12/2021	AV %	AH%
Mato Grosso	94.763.332	46.472.475	34,14	103,91
Pará	61.217.168	22.369.010	22,06	173,67
Amazonas	39.997.926	7.502.144	14,41	433,15
Rondônia	22.512.896	10.812.809	8,11	108,21
Roraima	11.913.221	2.385.237	4,29	399,46
Tocantins	9.051.390	7.477.435	3,26	21,05
Outros Estados	18.861.880	121.565.347	6,80	(84,48)
Total de Superávits de Exercícios Anteriores - FUNAI	258.317.813	218.584.458	93,07	18,18
Total do Resultado de Exercícios Anteriores	274.300.617	235.067.971	98,82	16,69
Total do Patrimônio Líquido	277.562.728	275.487.105	100,00	0,75

Fonte: Siafi.

Figura 09 – Composição da FUNAI: Resultado de Exercícios Anteriores/ Passivo e PL



Fonte: Siafi.

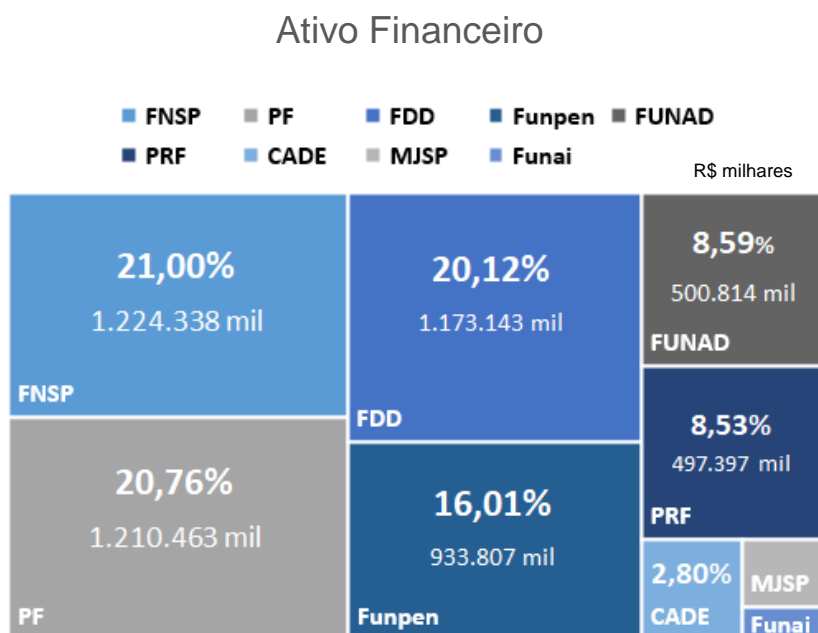
Nota 07 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP

Ativo Financeiro

Os "Ativos Financeiros", no segundo trimestre de 2022, representaram 2,10% (R\$ 5.830.924 mil) do total de ativos (financeiros e permanentes); compreendendo numerário, créditos e valores realizáveis que não dependem de autorização orçamentária. Estão registrados, conforme apresentado na "Figura 10":

- a) 21,00% (R\$ 1.224.338 mil) no FNSP;
- b) 20,76% (R\$ 1.210.463 mil) na PF;
- c) 20,12% (R\$ 1.173.143 mil) no FDD;
- d) 16,01% (R\$ 933.807 mil) no Funpen;
- e) 8,59% (R\$ R\$ 500.814 mil) no Funad;
- f) 8,53% (R\$ 497.397 mil) na PRF;
- g) 2,80% (R\$ 163.058 mil) no CADE;
- h) 1,48% (R\$ 86.150 mil) no MJSP; e
- i) 0,72% (R\$ 41.753 mil) na Funai.

Figura 10 – Composição do Ativo Financeiro – por órgão



Fonte: Siafi.

Ativo Permanente

Os "Ativos Permanentes", no segundo trimestre de 2022, representaram 97,90% (R\$ 271.770.173 mil) do total de ativos (financeiros e permanentes); compreendendo bens, créditos e valores em que a mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. Cumpre enfatizar que 95,08% (R\$ 258.358.685 mil) dos ativos permanentes correspondentes às Fazendas, Parques e Reservas registrados na Funai.

Passivo Financeiro

Os compromissos registrados como passivos financeiros subdividem-se entre execução de orçamento e de restos a pagar e obrigações patronais.

No segundo trimestre de 2022, 85,07% (R\$ 6.856.633 mil) do "Passivo Financeiro", que compreende os compromissos cujo pagamento não dependa de autorização orçamentária, foram registrados em contas de execução orçamentária e de restos a pagar.

Tabela 12 – Passivo Financeiro – composição total por órgão

R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgão</i>	30/06/2022	31/12/2021	AV% (MAR/2022)	AH%
Polícia Rodoviária Federal	3.192.331	758.025	39,61	321,14
Polícia Federal	1.972.243	1.166.017	24,47	69,14
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.226.826	1.196.268	15,22	2,55
Fundo Nacional de Segurança Pública	660.871	597.758	8,20	10,56
Fundo Penitenciário Nacional	610.208	600.740	7,57	1,58
Fundação Nacional do Índio	221.820	141.448	2,75	56,82
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	88.333	163.798	1,10	-46,07
Fundo Nacional Antidrogas	50.229	25.376	0,62	97,94
Conselho Adm. de Defesa Econômica	37.128	12.810	0,46	189,83
Total Geral	8.059.990	4.662.241	100,00	72,88

Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

No tocante aos passivos orçamentários, que totalizaram R\$ 6.856.633 mil, conforme apresentado na “Tabela 13”, no segundo trimestre de 2022, sua distribuição por órgão ocorreu da seguinte maneira:

- a) 40,13% (R\$ 2.751.407 mil) na PRF;
- b) 20,10% (R\$ 1.377.964 mil) na PF;
- c) 16,73% (R\$ 1.147.068 mil) no MJSP;
- d) 9,53% (R\$ 653.644 mil) no FNISP;
- e) 8,34% (R\$ 571.899 mil) no Funpen;
- f) 2,64% (R\$ 181.091 mil) na Funai;
- g) 1,28% (R\$ 87.646 mil) no FDD;
- h) 0,73% (R\$ 50.191 mil) na Funad; e
- i) 0,52% (R\$ 35.724 mil) no CADE.

Tabela 13 – Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

	R\$ milhares			
<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas</i>	30/06/2022	30/12/2021	AV% (JUN/2022)	AH%
Polícia Rodoviária Federal	2.751.407	389.100	40,13	607,12
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	297.501	-	-
Crédito Empenhado a Liquidar	2.547.959	-	37,16	-
RP Não Processados a Liquidar	163.251	91.599	2,38	78,22
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	40.197	-	0,59	-
Polícia Federal	1.377.964	689.155	20,10	99,95
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	566.299	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	1.032.393	-	15,06	-
RP Não Processados a Liquidar	281.337	122.856	4,10	129,00
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	64.233	-	0,94	-
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.147.068	1.131.488	16,73	1,38
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	514.770	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	347.315	-	5,07	-
RP Não Processados a Liquidar	776.948	616.718	11,33	25,98
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	22.805	-	0,33	-
Fundo Nacional de Segurança Pública	653.644	592.159	9,53	10,38
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	304.797	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	266.569	-	3,89	-
RP Não Processados a Liquidar	315.702	287.362	4,60	9,86
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	71.373	-	1,04	-
Fundo Penitenciário Nacional	571.899	560.042	8,34	2,12
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	345.018	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	76.749	-	1,12	-
RP Não Processados a Liquidar	363.035	215.024	5,29	68,83
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	132.115	-	1,93	-
Fundação Nacional do Índio	181.091	107.829	2,64	67,94
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	96.663	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	129.094	-	1,88	-
RP Não Processados a Liquidar	46.892	11.167	0,68	319,92
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	5.104	-	0,07	-
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	87.646	160.585	1,28	-45,42
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	5.076	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	-	-	0,00	-
RP Não Processados a Liquidar	79.653	155.510	1,16	(48,78)
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	7.992	-	0,12	-
Fundo Nacional Antidrogas	50.191	25.375	0,73	97,80
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	15.716	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	33.033	-	0,48	-
RP Não Processados a Liquidar	12.315	9.659	0,18	27,50
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	4.843	-	0,07	-
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	35.724	11.595	0,52	208,09
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	8.794	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	30.148	-	0,44	-
RP Não Processados a Liquidar	3.145	2.801	0,05	12,29
RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	2.430	-	0,04	-
Total Geral	6.856.633	3.667.329	100,00	86,97

Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

Quanto às obrigações patrimoniais, representaram 14,93% (R\$ 1.203.357 mil) do Passivo Financeiro no segundo trimestre de 2022, conforme apresentado na “Tabela 14” a seguir, sendo 92,65% (R\$ 1.114.962 mil) do referido montante assim registrados:

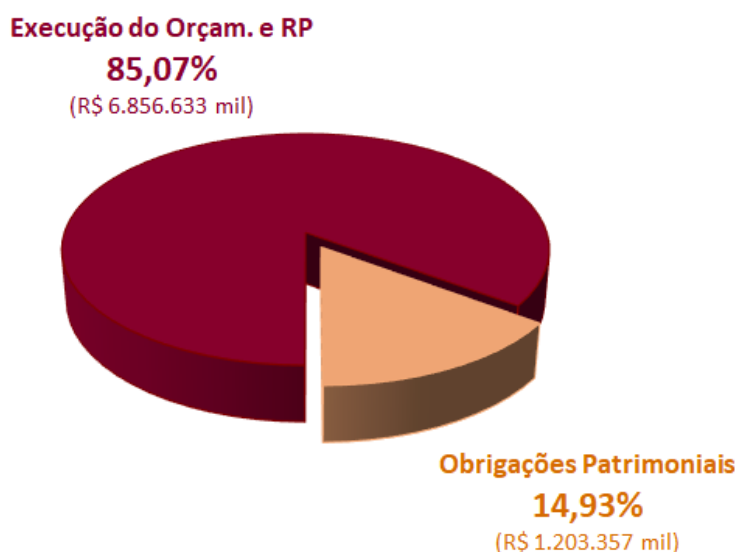
- a) 49,39% (R\$ 594.279 mil) na PF;
- b) 36,64% (R\$ 440.924 mil) na PRF;
- c) 6,63% (R\$ 79.758 mil) no MJSP; e
- d) 7,35% (84.344 mil) nos demais órgãos do MJSP.

Destaca-se que os “Salários, Remunerações e Benefícios” representaram 67,26% (R\$ 809.361 mil) das obrigações patrimoniais; sendo que 61,02% (R\$ 734.264 mil) foram decorrentes da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, que registraram, respectivamente, 35,32% (R\$ 425.013 mil) e 25,70% (R\$ 309.251 mil).

Tabela 14 – Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

R\$ milhares				
<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas representativas</i>	30/06/2022	31/12/2021	AV % (DEZ/2021)	AH%
Polícia Federal	594.279	476.863	49,39	24,62
Salários, Remunerações e Benefícios	425.013	375.043	35,32	13,32
Polícia Rodoviária Federal	440.9243	368.925	36,64	19,52
Salários, Remunerações e Benefícios	309.251	254.161	25,70	21,67
Ministério da Justiça e Segurança Pública	79.758	64.780	6,63	23,12
Salários, Remunerações e Benefícios	42.237	34.628	3,51	21,97
Fundação Nacional do Índio	40.730	33.619	3,38	21,15
Salários, Remunerações e Benefícios	31.800	26.409	2,64	20,41
Fundo Penitenciário Nacional	38.309	40.698	3,18	-5,87
Fundo Nacional de Segurança Pública	7.227	5.599	0,60	29,07
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.404	1.215	0,12	15,58
Salários, Remunerações e Benefícios	1.060	948	0,09	11,89
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	688	3.213	0,06	-78,59
Fundo Nacional Antidrogas	38	1	0,00	4955,25
Total Geral	1.203.357	994.912	100,00	(6,12)

Fonte: Siafi.

Figura 11 – Composição do Passivo Financeiro

Fonte: Siafi.

Passivo Permanente

No segundo trimestre de 2022, destacaram-se as representações da PF, FUNAI e PRF, totalizando 84,26% (R\$ 246.533 mil) do Passivo Permanente, que representa as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate; sendo 60,44% (R\$ 176.845 mil) na PF, 13,99% (R\$ 40.941 mil) na Funai e 9,82% (R\$ 28.747 mil) na PRF respectivamente. Observa-se a distribuição por órgão na "Tabela 15".

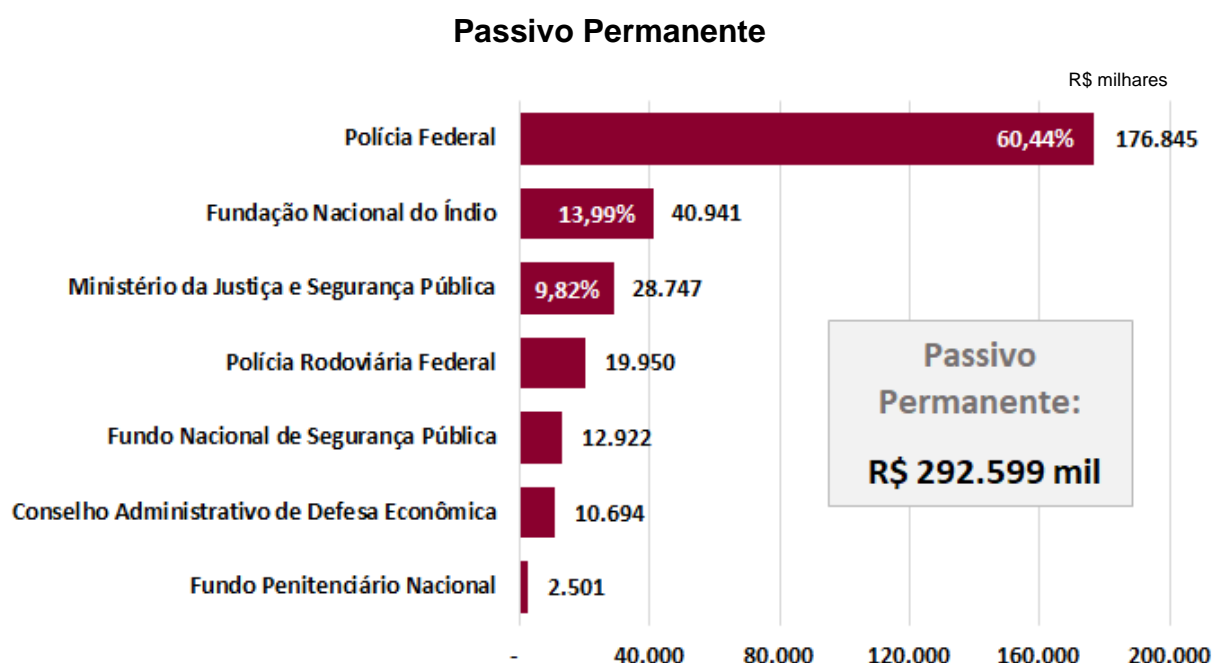
Destaca-se que do montante total do Passivo Permanente, 47,74% (R\$ 139.674 mil) corresponderam à "Férias a Pagar", 23,07% (R\$ 67.506 mil), a "Transferências Financeiras a Comprovar – TED", e 19,83% (R\$ 58.018 mil), a "Décimo Terceiro Salário a Pagar", cujas rubricas somaram 90,64% (R\$ 265.199 mil).

Tabela 15 – Passivo Permanente – composição por órgão

Passivo Permanente – por órgão	R\$ milhares			
	30/06/2022	31/12/2021	AV% (JUN/2022)	AH%
Polícia Federal	176.845	98.561	60,44	79,43
Fundação Nacional do Índio	40.941	37.559	13,99	9,01
Ministério da Justiça e Segurança Pública	28.747	15.110	9,82	90,25
Polícia Rodoviária Federal	19.950	11.474	6,82	73,87
Fundo Nacional de Segurança Pública	12.922	10.241	4,42	26,17
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10.694	10.545	3,65	1,41
Fundo Penitenciário Nacional	2.501	2.501	0,85	-
Total Geral	292.599	185.992	100,00	57,82

Fonte: Siafi.

Figura 12 – Composição do Passivo Permanente – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 08 – Ganhos com Incorporação de Ativos – DVP

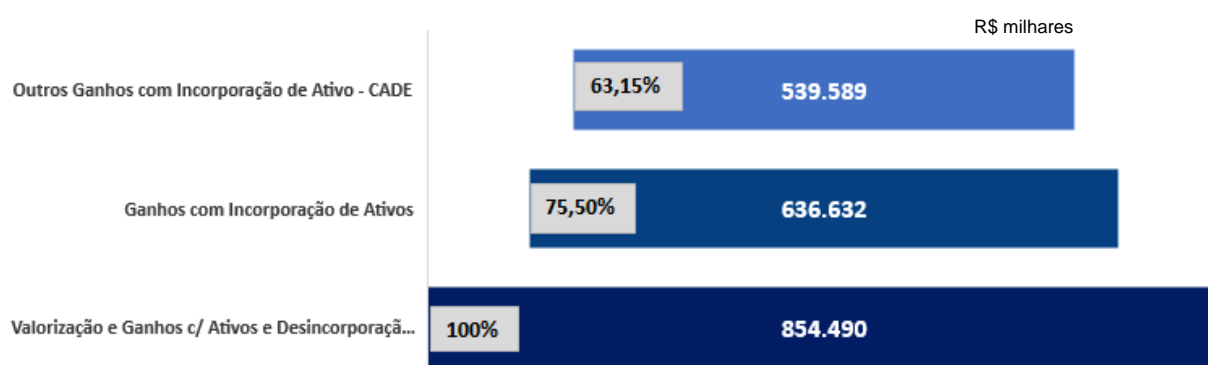
No segundo trimestre de 2022, 74,50% (R\$ 636.632 mil) de Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos foram provenientes de Ganhos com Incorporação de Ativos, sendo que 63,15% (R\$ 539.589 mil) da referida representação foram registrados no Conselho Administrativo de Defesa Econômica, conforme pode-se observar na “Figura 13”, decorrentes de contabilizações de multas aplicadas por condutas de infração à ordem econômica e de dívida ativa.

Tabela 16 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares				
Grupos de Contas	30/06/2022	30/06/2021	AV%	AH%
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	621.661	1.677.868	97,65	(62,95)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	539.589	593.882	84,76	(9,14)
Polícia Federal	24.136	12.785	3,79	88,78
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	21.836	43.641	3,43	(49,96)
Fundo Nacional Antidrogas	13.562	21.806	2,13	(37,81)
Fundo Penitenciário Nacional	6.994	1.163	1,10	501,32
Fundo Nacional de Segurança Pública	6.858	4.665	1,08	47,00
Polícia Rodoviária Federal	6.641	998	1,04	565,30
Ministério de Justiça e Segurança Pública	1.507	9.269	0,24	(83,75)
Fundação Nacional do Índio	539	989.659	0,08	(99,95)
Ganhos com Incorporação de Ativos Apreendidos	13.750	2.296	2,16	498,85
Polícia Federal	13.578	2.296	2,13	491,36
Fundo Penitenciário Nacional	172	-	0,03	-
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descoberto	1.210	-	0,19	-
Polícia Federal	1.210	-	0,19	-
Polícia Rodoviária Federal	-	-	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimento	11	-	0,00	-
Polícia Federal	11	-	0,00	-
Total Geral	636.632	1.680.164	100,00	(62,11)

Fonte: Siafi.

Figura 13 – Composição CADE: Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos



Fonte: Siafi.

Nota 09 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas - DVP

No segundo trimestre de 2022, 77,58% (R\$ 909.298 mil) de "Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas" foram decorrentes de multas administrativas, sendo 55,27% (647.864 mil) da Polícia Rodoviária Federal e 22,31% (261.435 mil) do Fundo de Defesa de Direitos Difusos. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica contabilizou 7,13% (R\$ 83.580 mil) do referido grupo de contas em Dívida Ativa não Tributária - Atual. Monetária. Tais representações foram as mais representativas, totalizando 84,71% (992.879 mil) do montante contabilizado em "Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas".

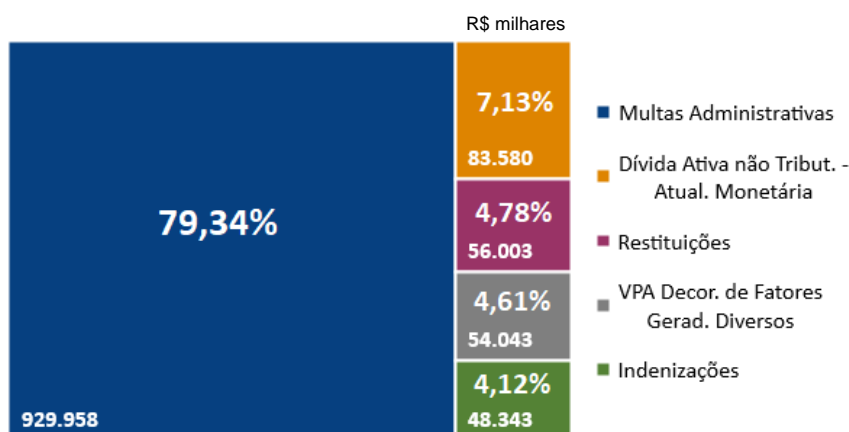
Tabela 17 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – composição

R\$ milhares

Grupos de Contas	30/06/2022	30/06/2021	AV%	AH%
Multas Administrativas	929.958	718.699	79,34	29,39
Polícia Rodoviária Federal	647.864	650.526	55,27	(0,41)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	261.435	28.939	22,31	803,40
Fundo Penitenciário Nacional	8.259	9.402	0,70	(12,16)
Polícia Federal	7.756	11.809	0,66	(34,32)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.326	16.930	0,28	(80,36)
Fundo Nacional de Segurança Pública	687	668	0,06	2,90
Fundo Nacional Antidrogas	403	422	0,03	(4,53)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	228	3	0,02	6.878,83
Fundação Nacional do Índio	1	0	0,00	518,27
Dívida Ativa não Tributária - Atual. Monetária	83.580	37.267	7,13	124,27
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	83.580	37.267	7,13	124,27
Restituições	56.003	81.489	4,78	(31,28)
Fundo Penitenciário Nacional	27.870	7.934	2,38	251,27
Ministério da Justiça e Segurança Pública	12.236	44.016	1,04	(72,20)
Fundo Nacional de Segurança Pública	11.542	25.302	0,98	(54,38)
Polícia Rodoviária Federal	1.963	1.755	0,17	11,87
Polícia Federal	1.737	1.678	0,15	3,54
Fundação Nacional do Índio	365	347	0,03	5,28
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	231	37	0,02	520,13
Fundo Nacional Antidrogas	48	389	0,00	(87,69)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10	33	0,00	(68,90)
VPA Decorrente de Fatores Geradores Diversos	54.043	18.679	4,61	189,33
Fundo Penitenciário Nacional	53.040	9.958	4,53	432,61
Fundo Nacional Antidrogas	349	200	0,03	74,21
Polícia Rodoviária Federal	319	720	0,03	(55,70)
Polícia Federal	169	64	0,01	164,50
Fundo Nacional de Segurança Pública	73	2	0,01	3.452,50
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	72	7.403	0,01	(99,03)
Fundação Nacional do Índio	14	311	0,00	(95,65)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	8	20	0,00	(58,40)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	0	1	0,00	(98,81)
Indenizações	48.343	2.138	4,12	2.160,87
Polícia Federal	41.933	367	3,58	11.337,99
Ministério da Justiça e Segurança Pública	5.654	1.533	0,48	268,88
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	413	75	0,04	454,44
Polícia Rodoviária Federal	210	45	0,02	365,85
Fundo Penitenciário Nacional	97	116	0,01	(16,33)
Fundo Nacional de Segurança Pública	20	2	0,00	775,96
Fundo Nacional Antidrogas	14	-	0,00	-
Fundação Nacional do Índio	1	1	0,00	5,62
Dívida Ativa não Tributária - Principal	147	336	0,01	(56,17)
Fundo Penitenciário Nacional	147	332	0,01	(55,66)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	-	3	-	-
Polícia Federal	-	2	-	-
Fundação Nacional do Índio	-	(1,60)	-	-
Dívida Ativa Não Tributária - Juros	-	1	-	-
Fundação Nacional do Índio	-	1	-	-
Total Geral	1.172.074	858.609	100,00	36,51

Fonte: Siafi.

Figura 14 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – composição



Fonte: Siafi.

Nota 10 – Pessoal e Encargos – DVP

No 2º trimestre de 2022, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 14,35% (R\$ 4.015.168 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pelos gastos com pessoal alusivos à Polícia Federal, que apresentou 53,68% (R\$ 2.155.285 mil) e pela Polícia Rodoviária Federal, com 37,68% (R\$ 1.512.784 mil). Ambas somaram 91,36% (R\$ 3.668.069 mil), conforme "Tabela 18".

Nesse sentido, os órgãos referenciados representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 70,77% (R\$ 2.841.665 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos. O maior destaque ocorreu na PF, com 41,99% (R\$ 1.685.961 mil) em relação ao total da rubrica.

Tabela 18 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

	R\$ milhares			
Pessoal e Encargos	30/06/2022	30/06/2021	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	2.155.285	2.134.024	53,68	1,00
Benefícios a Pessoal	70.101	67.182	1,75	4,35
Encargos Patronais	385.967	389.434	9,61	(0,89)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	13.255	18.432	0,33	(28,08)
Remuneração a Pessoal	1.685.961	1.658.976	41,99	1,63
Polícia Rodoviária Federal	1.512.784	1.428.420	37,68	5,91
Benefícios a Pessoal	107.204	95.280	2,67	12,51
Encargos Patronais	247.246	232.546	6,16	6,32
Outras VPD - Pessoal e Encargos	2.630	957	0,07	174,89
Remuneração a Pessoal	1.155.704	1.099.637	28,78	5,10
Ministério da Justiça e Segurança Pública	228.853	215.500	5,70	6,20
Benefícios a Pessoal	15.295	14.041	0,38	8,93
Encargos Patronais	26.273	26.188	0,65	0,33
Outras VPD - Pessoal e Encargos	8.640	8.549	0,22	1,07
Remuneração a Pessoal	178.645	166.723	4,45	7,15
Fundação Nacional do Índio	111.581	136.777	2,78	(18,42)
Benefícios a Pessoal	5.634	5.956	0,14	(5,40)
Encargos Patronais	16.013	15.959	0,40	0,34
Outras VPD - Pessoal e Encargos	540	853	0,01	(36,66)
Remuneração a Pessoal	89.394	114.010	2,23	(21,59)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	6.664	6.636	0,17	0,41
Benefícios a Pessoal	278	288	0,01	(3,32)
Encargos Patronais	642	603	0,02	6,45
Outras VPD - Pessoal e Encargos	466	252	0,01	84,72
Remuneração a Pessoal	5.278	5.493	0,13	(3,92)
Fundo Penitenciário Nacional	0	-	0,00	-
Encargos Patronais	0	-	0,00	-
Total Geral	4.015.168	3.921.358	100,00	2,39

Fonte: Siafi.

Na análise da conta contábil "Outras VPD – Pessoal e Encargos", a rubrica Pessoal Requisitado de Outros Órgãos representou 57,48% (R\$ 14.677 mil) do total dessa rubrica contábil, conforme apresentado na "Tabela 19". Nesse sentido, com exceção da PF que registrou redução, os demais órgãos apresentaram aumento. Destacando-se, em relação aos recursos empregados, o MJSP com o aumento na variação horizontal de 31,88%, seguido pelo Cade, com 828,91%. Verifica-se, ainda, que os servidores são oriundos da Casa da Moeda, Correios, Caixa, Infraero, Eletrosul, dentre outros.

Destaca-se, igualmente, na rubrica Auxílio a Participantes de Curso e Pessoas Físicas o aumento substancial nos gastos com auxílio a participantes dos cursos de formação de escrivão e papiloscopista da PF e do curso de formação policial da PRF.

Tabela 19 – Outras VPD – Pessoal e Encargos

R\$ milhares

Outras VPD – Pessoal e Encargos	30/06/2022	30/06/2021	AV (%)	AH (%)
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	14.677	25.166	57,48	(41,68)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	7.085	5.372	27,75	31,88
Polícia Federal	5.579	18.426	21,85	(69,72)
Polícia Rodoviária Federal	1.170	946	4,58	23,70
Fundação Nacional do Índio	540	389	2,12	38,84
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	303	33	1,19	828,91
Auxílio a Participantes de Curso e Pessoas Físicas	9.137	481	35,79	1.800,95
Polícia Federal	7.677	6	30,07	125.456,88
Polícia Rodoviária Federal	1.460	11	5,72	13.618,75
Fundação Nacional do Índio	-	464	0,00	(100,00)
Pessoal Requisitado de Outros Entes	1.654	3.382	6,48	(51,09)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.555	3.177	6,09	(51,04)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	99	205	0,39	(51,90)
Indenizações e Restituições Trabalhistas	64	15	0,25	338,93
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	64	15	0,25	338,93
Total Geral	25.531	29.043	100,00	(12,09)

Fonte: Siafi.

Nota 11 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos – DVP

No 2º trimestre de 2022, o total dos registros contábeis em "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos", os quais estão detalhados por grupo de contas e órgãos subordinados do Ministério da Justiça e Segurança Pública na "Tabela 20", representaram 1,04% (R\$ 290.189 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas consolidadas; sendo 85,21% (R\$ 247.258 mil) do referido montante assim registrados:

a) 56,22% (R\$ 163.148 mil) em "Desincorporação de Ativos"; sendo as maiores representações de 19,52% (R\$ 56.642 mil) no Funpen e 7,95% (R\$ 23.061 mil) no FNSP; e

b) 28,98% (R\$ 84.110 mil) em "Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas"; sendo a maior representação de 20,49% (R\$ 59.455 mil) na PF. Com relação ao referido órgão, o saldo foi proveniente da desvalorização de imóveis de uso especial registrados no SPIUnet. Sendo, R\$ 58.817 mil na Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais realizado em fevereiro de 2022 e R\$ 637 mil na Superintendência Regional no Estado da Paraíba realizado em abril de 2022.

Cabe, ainda, informar que a expressiva variação horizontal na rubrica Reavaliação de Bens Imóveis, em relação ao ano de 2021, decorreu do ajuste realizado em razão de erro de lançamento do valor da avaliação e erro na tentativa de estorno, resultando valores superestimados na Coordenação Regional de Cuiabá/MT, unidade gestora da Funai.

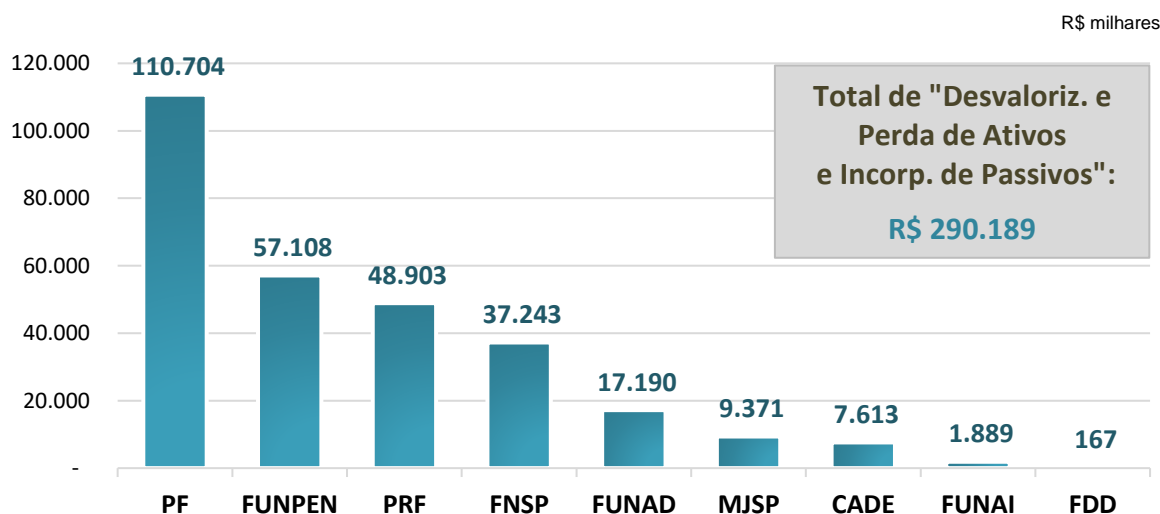
Tabela 20 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos – composição por grupo de contas e por órgão

R\$ milhares

Conta Contábil / Órgão	30/06/2022	30/06/2021	AV (%)	AH (%)
Desincorporação de Ativos	163.148	522.001	56,22	(68,75)
Fundo Penitenciário Nacional	56.642	54.125	19,52	4,65
Fundo Nacional de Segurança Pública	23.061	37.006	7,95	(37,68)
Polícia Federal	39.575	8.486	13,64	366,34
Polícia Rodoviária Federal	11.600	5.416	4,00	114,19
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	7.565	5.050	2,61	49,82
Ministério da Justiça e Segurança Pública	5.722	36.849	1,97	(84,47)
Fundação Nacional do Índio	1.625	342.426	0,56	(99,53)
Fundo Nacional Antidrogas	17.190	31.327	5,92	(45,13)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	167	1.316	0,06	(87,30)
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	84.110	81.583.318	28,98	(99,90)
Reavaliação de Bens Imóveis	74.501	81.577.654	25,67	(99,91)
Polícia Federal	59.455	150	20,49	39.666,10
Polícia Rodoviária Federal	15.046	-	5,19	-
Fundação Nacional do Índio	-	81.577.504	0,00	(100,00)
Reavaliação de Bens Móveis	9.609	5.664	3,31	69,63
Polícia Federal	3.180	5.664	1,10	(43,86)
Polícia Rodoviária Federal	6.429	-	2,22	-
Incorporação de Passivos	36.886	11.071	12,71	233,18
Polícia Rodoviária Federal	14.166	8.372	4,88	69,20
Fundo Nacional de Segurança Pública	14.182	0	4,89	-
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	48	282	0,02	(83,11)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	787	2.397	0,27	(67,18)
Polícia Federal	7.703	0	2,65	-
Fundação Nacional do Índio	1	20	0,00	(96,84)
Perdas Involuntárias	5.899	3.956	2,03	49,13
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	5.895	3.901	2,03	51,11
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.862	933	0,99	206,63
Polícia Rodoviária Federal	1.659	1.223	0,57	35,69
Polícia Federal	644	1.373	0,22	(53,06)
Fundo Penitenciário Nacional	466	269	0,16	73,28
Fundação Nacional do Índio	263	103	0,09	154,93
Perdas Involuntárias com Softwares	3	-	0,00	-
Polícia Rodoviária Federal	3	-	0,00	-
Perdas Involuntárias com Estoques	0	54	0,00	(99,61)
Polícia Federal	0	54	0,00	(99,61)
Perdas com Alienação	147	1.935	0,05	(92,42)
Perdas com Alienação de Bens Móveis	147	1.935	0,05	(92,42)
Polícia Federal	147	-	0,05	-
Polícia Rodoviária Federal	-	1.935	0,00	(100,00)
Total de "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp.de Passivos"	290.189	82.122.280	100,00	(99,65)

Fonte: Siafi.

Figura 15 – Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos – composição consolidada por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 12 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No 2º trimestre de 2022, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais representou 42,81% (R\$ 1.187.843 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. A totalidade do saldo decorre da receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no Capítulo III da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018, onde também são estabelecidos os percentuais de destinação do produto da arrecadação de acordo com o tipo de loteria.

Em destaque na “Tabela 21” verifica-se que 97,61% (R\$ 1.159.405 mil) da receita realizada decorre de Loteria de Prognósticos Numéricos.

Verifica-se, também, que o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,14% (R\$ 1.070.733 mil) do total da rubrica; e o Fundo Penitenciário Nacional 9,86% (R\$ 117.110 mil).

Tabela 21 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida	30/06/2022	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.070.733	90,14
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	1.046.403	88,09
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	13.174	1,11
Participação da União em Receita de Loteria Federal	6.688	0,56
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	4.468	0,38
Participação da União em Receita de Loteria Instantânea	0	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	117.110	9,86
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	113.002	9,51
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	2.635	0,22
Participação da União em Receita de Loteria Federal	1.083	0,09
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	389	0,03
Total	1.187.843	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 13 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 2º trimestre de 2022, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 32,74% (R\$ 908.381 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. Conforme “Tabela 22” destaca-se a PRF com 61,97% (R\$ 562.937 mil) das receitas realizadas, seguida pelo FDD, com 36,16% (R\$ 328.499 mil).

Tabela 22 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – por órgão	30/06/2022	AV (%)
Polícia Rodoviária Federal	562.937	61,97
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	328.499	36,16
Fundo Penitenciário Nacional	8.442	0,93
Polícia Federal	7.866	0,87
Fundo Nacional Antidrogas	322	0,04
Fundo Nacional de Segurança Pública	315	0,03
Fundação Nacional do Índio	0	0,00
Total	908.381	100,00

Fonte: Siafi.

A receita líquida orçamentária relativa à rubrica Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, arrecadadas pela PRF, representaram 61,77% (R\$ 561.151 mil) do total da receita orçamentária, contabilizada em “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais”, conforme evidenciado na “Tabela 23”. Nesse sentido, as Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDD, representaram 37,06% (R\$ 336.606 mil) e têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

A PRF e o FDD somaram 98,13% (R\$ 891.436 mil) das receitas correntes relativas à conta contábil Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.

Tabela 23 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por conta contábil

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – conta contábil	30/06/2022	AV (%)
Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB	561.151	61,77
Polícia Rodoviária Federal	561.151	61,77
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	336.606	37,06
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	336.606	37,06
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	8.393	0,92
Fundo Penitenciário Nacional	8.393	0,92
Multas Previstas em Legislação Específica	2.098	0,23
Polícia Federal	7.786	0,86
Polícia Rodoviária Federal	1.754	0,19
Fundo Nacional de Segurança Pública	315	0,03
Fundo Nacional Antidrogas	302	0,03
Fundo Penitenciário Nacional	48	0,01
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	(8.107)	(0,89)
Multas Previstas na Legislação Antidrogas	101	0,01
Polícia Federal	81	0,01
Fundo Nacional Antidrogas	20	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	32	0,00
Polícia Rodoviária Federal	32	0,00
Fundação Nacional do Índio	0	0,00
Total	908.381	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Déficit - Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. O resultado orçamentário do MJSP, de R\$ -8.834.993 mil, no segundo trimestre de 2022, foi impactado em 51,74% (R\$ -4.570.795 mil) pela PRF e em 50,29% (R\$ -4.442.763 mil) pela PF, conforme demonstrado na "Tabela 24" abaixo. Ambos os órgãos somaram 102,02% (R\$ -9.013.558 mil) do déficit apresentado pelo MJSP.

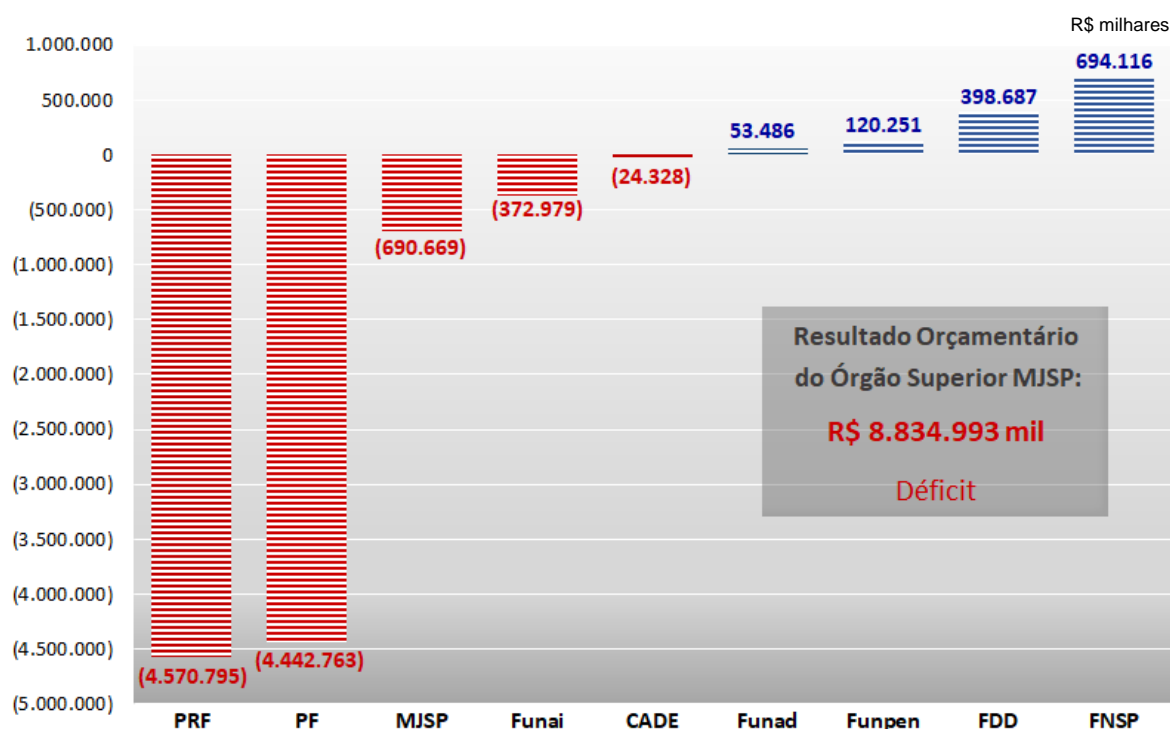
Tabela 24 – Resultado Orçamentário

R\$ milhares

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Rodoviária Federal	571.758	5.142.554	(4.570.795)	51,74
Polícia Federal	350.898	4.793.661	(4.442.763)	50,29
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.498	692.167	(690.669)	7,82
Fundação Nacional do Índio	206	373.185	(372.979)	4,22
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	26.165	50.493	(24.328)	0,28
Fundo Nacional Antidrogas	86.618	33.132	53.486	(0,61)
Fundo Penitenciário Nacional	227.752	107.501	120.251	(1,36)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	398.687	0	398.687	(4,51)
Fundação Nacional de Segurança Pública	1.121.463	427.347	694.116	(7,86)
Total	2.785.045	11.620.038	(8.834.993)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 16 – Resultado Orçamentário – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 15 – Pessoal e Encargos Sociais – BO

Do total das despesas empenhadas R\$ 8.683.282 mil com "Pessoal e Encargos Sociais, 58,34% (R\$ 5.065.783 mil) foram efetivamente pagas até o 2º trimestre de 2022, podendo ser verificado na "Tabela 25". O percentual das despesas pagas em relação ao empenhado, de cada órgão, são evidenciados pela "Figura 17", onde destaca-se a PF, com 76,26% (R\$ 2.743.019 mil) de execução, seguida pela Funai, com 63,49% (R\$ 159.290 mil).

Na "Tabela 25" verifica-se também que a rubrica Obrigações Patronais apresentou maior percentual de execução, com 67,09% (R\$ 663.277 mil), acompanhada pela Vencimentos e Vantagens Fixas, com 60,44% (R\$ 2.543.311 mil), que em contrapartida possui o maior volume empenhado.

Em relação ao volume de despesas empenhadas, a PRF foi responsável pelo maior volume, 50,25% (R\$ 4.363.408 mil), seguida pela PF, com 41,42% (R\$ 3.596.738 mil). Nesse sentido, ambos os órgãos somaram 91,67% (R\$ 7.960.146 mil) do total das despesas empenhadas.

Figura 17 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais Por Órgão Vinculado ao MJSP 2º trimestre de 2022

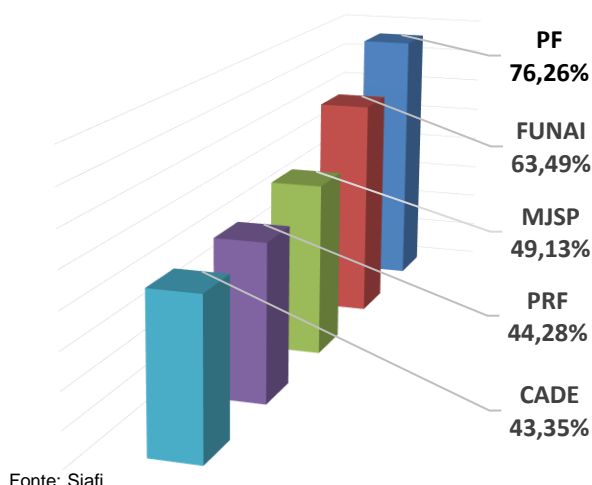


Tabela 25 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

CONTA CONTÁBIL	R\$ milhares						
	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	DESPESA LIQUIDADA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.207.897	48,46	1.232.985	431.601	2.543.311	50,21	60,44
CADE	9.571	0,11	4.612	843	4.116	0,08	43,00
PF	1.799.625	20,73	188.956	228.820	1.381.849	27,28	76,79
PRF	2.070.735	23,85	950.699	161.303	958.732	18,93	46,30
FUNAI	90.992	1,05	12.524	15.850	62.618	1,24	68,82
MJSP	236.975	2,73	76.193	24.785	135.996	2,68	57,39
Aposentadorias e Pensões	3.398.625	39,14	1.120.612	448.363	1.829.651	36,12	53,84
CADE	692	0,01	324	80	288	0,01	41,67
PF	1.351.999	15,57	145.181	235.196	971.622	19,18	71,87
PRF	1.780.505	20,50	879.064	178.696	722.745	14,27	40,59
FUNAI	124.171	1,43	24.933	18.726	80.513	1,59	64,84
MJSP	141.258	1,63	71.110	15.665	54.483	1,08	38,57
Obrigações Patronais	988.576	11,38	325.299	-	663.277	13,09	67,09
CADE	1.214	0,01	657	-	557	0,01	45,91
PF	400.455	4,61	22.146	-	378.309	7,47	94,47
PRF	499.427	5,75	256.179	-	243.248	4,80	48,71

FUNAI	33.875	0,39	18.877	-	14.998	0,30	44,28
MJSP	53.605	0,62	27.441	-	26.164	0,52	48,81
Outras Despesas	88.184	1,02	52.940	5.700	29.544	0,58	33,50
CADE	1.373	0,02	663	101	609	0,01	44,35
PF	44.659	0,51	30.292	3.128	11.239	0,22	25,17
PRF	12.741	0,15	3.959	1.295	7.487	0,15	58,76
FUNAI	1.833	0,02	368	304	1.161	0,02	63,35
MJSP	27.578	0,32	17.658	872	9.048	0,18	32,81
Total Geral	8.683.282	100,00	2.731.835	885.664	5.065.783	100,00	58,34

Fonte: Siafi, 30/06/2022.

Nota 16 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro apresentado neste relatório inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na “Tabela 26”, quanto aos ingressos, e na “Tabela 27”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 26 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

Ingressos						
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2022 (A: Sem Consolidação)		30/06/2022 (B: Com Consolidação)		30/06/2022 (A-B)	
	AV%		AV%		AV%	
Transferências Financeiras Recebidas	26.760.229	100,00	9.393.248	100,00	17.366.981	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	24.119.403	90,13	8.535.324	90,87	15.584.079	89,73
Cota Recebida	8.535.324	31,90	8.535.324	90,87	0	0,00
Repasse Recebido	8.233.504	30,77	0	0,00	8.233.504	47,41
Sub-repasse Recebido	7.000.898	26,16	0	0,00	7.000.898	40,31
Repasse Devolvido	349.666	1,31	0	0,00	349.666	2,01
Sub-repasse Devolvido	10	0,00	0	0,00	10	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	2.640.826	9,87	857.925	9,13	1.782.901	10,27
Transf. Recebidas para Pagamento de RP	2.292.295	8,57	816.402	8,69	1.475.893	8,50
Demais Transferências Recebidas	120.969	0,45	41.523	0,44	79.446	0,46
Movimentação de Saldos Patrimoniais	227.562	0,85	0	0,00	227.562	1,31

Fonte: Siafi.

Tabela 27 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

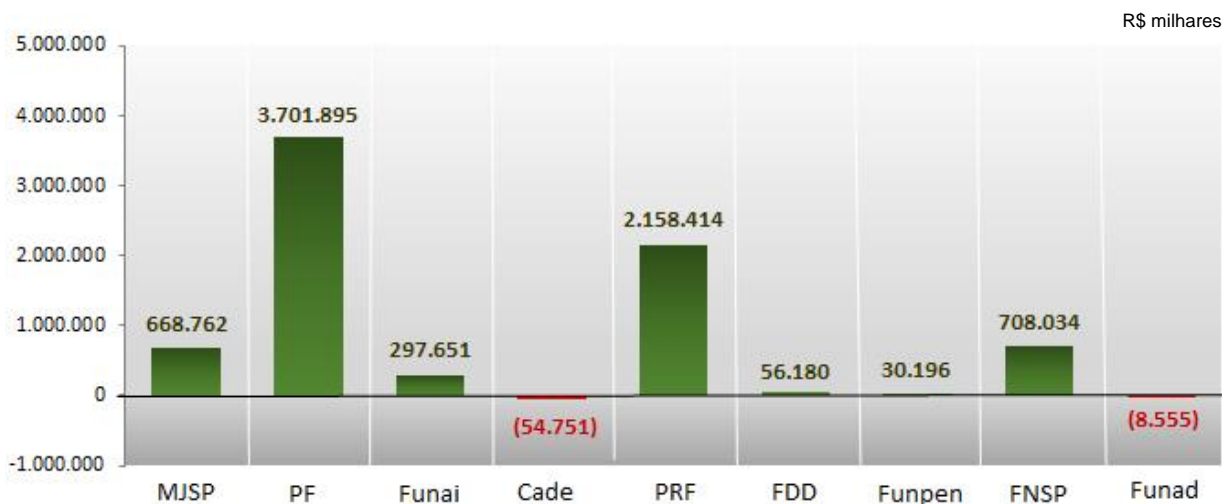
R\$ milhares

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2022 (A: Sem Consolidação)		30/06/2022 (B: Com Consolidação)		30/06/2022 (A-B)	
	AV%		AV%		AV%	
Transferências Financeiras Concedidas	19.202.403	100,00	1.835.422	100,00	17.366.981	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	15.925.140	82,93	341.060	18,58	15.584.079	89,73
Repasse Concedido	8.235.868	42,89	2.363	0,13	8.233.504	47,41
Sub-repasse Concedido	7.000.898	36,46	0	0,00	7.000.898	40,31
Cota Devolvida	338.697	1,76	338.697	18,45	0	0,00
Repasse Devolvido	349.666	1,82	0	0,00	349.666	2,01
Sub-repasse Devolvido	10	0,00	0	0,00	10	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	3.277.264	17,07	1.494.362	81,42	1.782.901	10,27
Transf. Concedidas para Pgto. de RP	1.475.893	7,69	0	0,00	1.475.893	8,50
Demais Transferências Concedidas	79.446	0,41	0	0,00	79.446	0,46
Movimento de Saldos Patrimoniais	1.721.924	8,97	1.494.362	81,42	227.562	1,31

Fonte: Siafi.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiros deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na “Figura 18” a seguir.

Figura 18 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)



Fonte: Siafi.

Nota 17 – Segurança Pública – DFC

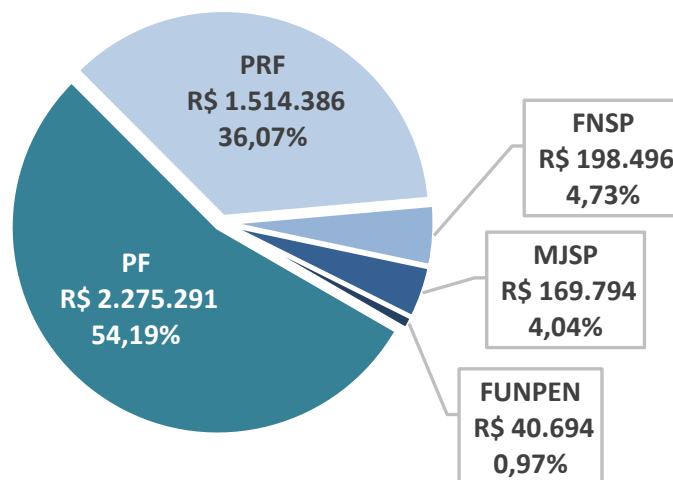
Os dispêndios com despesas de pessoal relacionados à Segurança Pública representaram 15,02% (R\$ 4.198.662 mil), no 2º trimestre de 2022, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 54,19% (R\$ 2.275.291 mil) e 36,07% (R\$ 1.514.386 mil), somando 90,26% (R\$ 3.789.677 mil) do total dos desembolsos, conforme apresentado na “Figura 19”.

Figura 19 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão

Segurança Pública - desembolsos por órgão

2º trimestre de 2022
R\$ milhares



Fonte: Siafi.

Os subsídios, parcela única de remuneração, representaram 56,19% (R\$ 2.359.209 mil) da totalidade dos desembolsos da rubrica segurança pública, conforme “Tabela 28”.

Tabela 28 – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas – Segurança Pública

							R\$ milhares	
Natureza da Despesa	PF (%)	PRF (%)	FNSP (%)	MJSP (%)	FUNPEN (%)	Total (%)	Total Geral (R\$)	
Subsídios	32,60%	23,59%	-	0,00%	-	56,19%	2.359.209	
Demais desembolsos	21,60%	12,48%	4,73%	4,04%	0,97%	43,81%	1.839.453	
Total	54,19%	36,07%	4,73%	4,04%	0,97%	100,00%	4.198.662	

Fonte: Siafi.

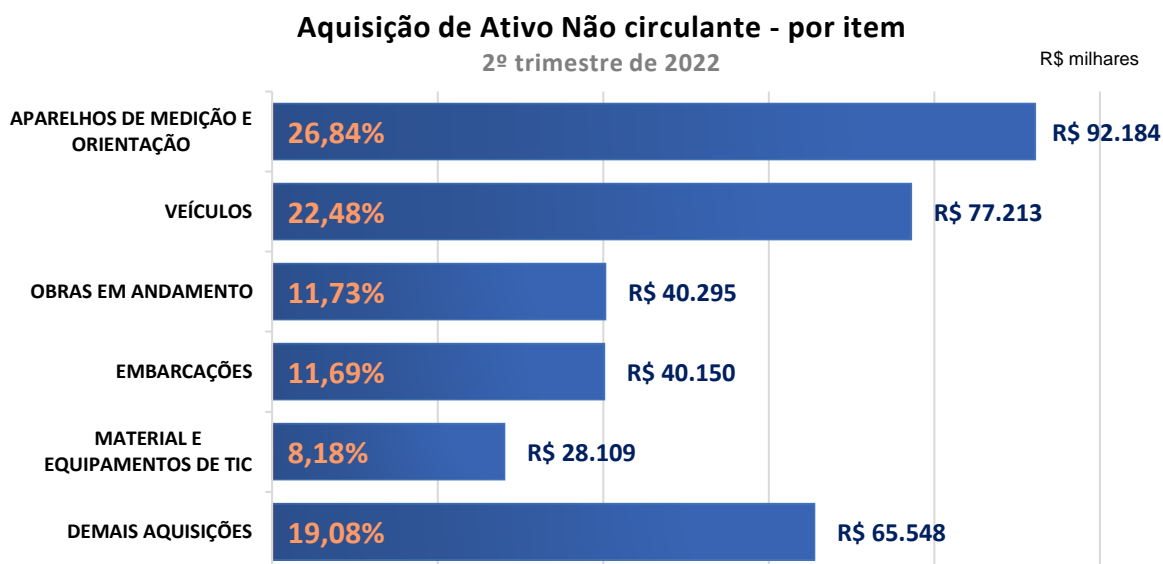
Nota 18 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC

As aquisições de Ativo não Circulante integraram 98,05% (R\$ 343.499 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas nas DFC, em junho de 2022.

Como evidenciado na “Figura 20”, a aquisição de aparelhos de medição e orientação representou 26,84% (R\$ 92.184 mil) do total das aquisições. Desse montante, o FNSP representou 99,51% (R\$ 91.737 mil) com a contratação de serviços de sistemas de identificação balística para implementação do Sistema Nacional de Análise Balística (Sinab) com o Banco Nacional de Perfis Balísticos (BNPB).

Nesse sentido, a aquisição de veículos apresentou 22,48% (R\$ 77.213 mil) das aquisições. Desse valor, representando 51,60% (R\$ 39.844 mil), destacou-se a PF com a aquisição, inclusive, de veículos blindados, que representou 67,89% (R\$ 27.048 mil) do registrado na rubrica veículos da PF.

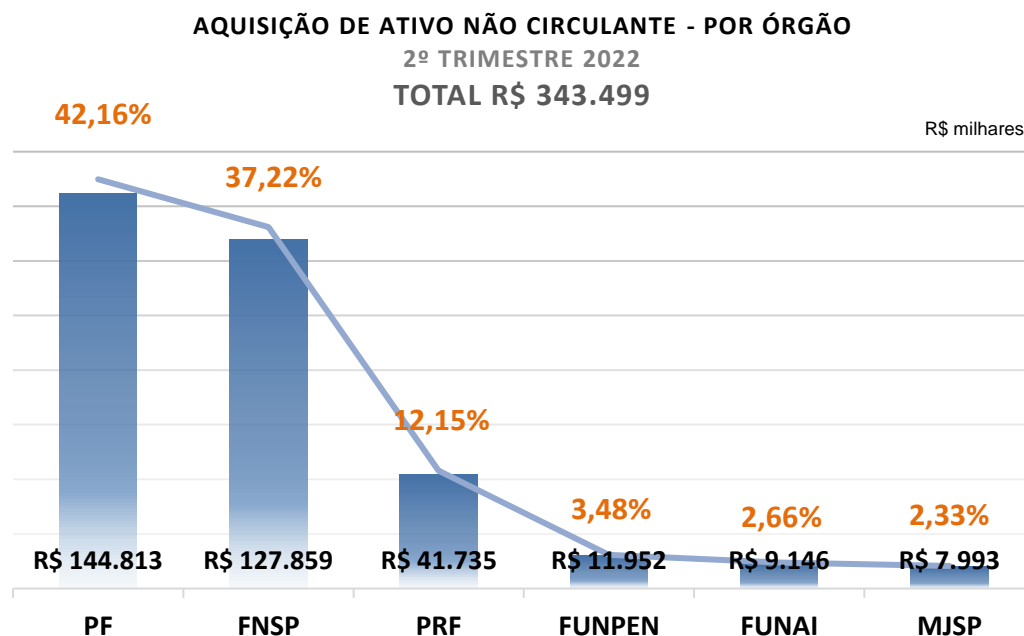
Figura 20 – Aquisição de Ativo não Circulante – por item



Fonte: Siafi.

Na "Figura 21" evidencia-se o impacto de cada órgão na rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante. A PF obteve maior saldo ao final do 2º trimestre de 2022, 42,16% (R\$ 144.813 mil). Representando 54,30% (R\$ 78.637 mil) desse valor figuram a aquisição de veículos e embarcações, respectivamente, 27,51% e 26,79%. Nesse sentido, destacou-se, também, o FNSP com 37,22% (R\$ 127.859 mil), que apresentou 71,75% (R\$ 91.737 mil) do seu valor em aparelhos de medição e orientação.

Figura 21 – Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 19 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o "Resultado do Exercício", de R\$ 1.774.200 mil, no segundo trimestre de 2022, representou 0,64% do saldo patrimonial líquido de 2022, sendo impactado principalmente por:

- a) "Transferências Intragovernamentais Recebidas", correspondente a 90,90% (R\$ 27.046.160 mil) das variações patrimoniais aumentativas; e
- b) "Transferências Intragovernamentais Concedidas" e "Pessoal e Encargos"; correspondentes, respectivamente, a 70,86% (R\$ 19.827.564 mil) e 14,35% (R\$ 4.015.168 mil), somando 85,21% (R\$ 23.842.732 mil) das variações patrimoniais diminutivas.

Os detalhamentos relativos aos grupos de contas supracitados constam nas notas explicativas nº 16 - "Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas" e nº 10 - "Pessoal e Encargos".

As "Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos", que representaram R\$ 1.870 mil da DMPL, foram constituídas em 73,19% (R\$ 1.369 mil) pela Polícia Federal e 17,33% (R\$ 324 mil) pela Polícia Rodoviária Federal, somando 90,52% (R\$ 1.693 mil) da referida reserva.

Com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", de R\$ 22.868 mil apresentado na DMPL, 102,03% (R\$ 23.332 mil) foram assim registrados:

- a) 38,63% (R\$ 8.834 mil) na Polícia Rodoviária Federal;
- b) 35,51% (R\$ 8.120 mil) na Polícia Federal; e
- c) 27,89% (R\$ 6.379 mil) no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O saldo restante de R\$ 274.306.201 mil, do início do exercício de 2022, foi proveniente de exercícios anteriores, não sendo objeto desta análise.